



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 070 SÁBADO, 16 DE MAIO DE 2015

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24</p> <p style="text-align: center;">Líder Humberto Costa - PT (22,28)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,37) Benedito de Lira (16,18,44) Walter Pinheiro (31,36,43) Telmário Mota (4,38,42) Regina Sousa (41)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 13 Humberto Costa (22,28)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32) Walter Pinheiro (31,36,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (34)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,37)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,38,42)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 5 Benedito de Lira (16,18,44)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PMDB - 17</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSD - 4 Omar Aziz (13)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16</p> <p style="text-align: center;">Líder Alvaro Dias - PSDB (20)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Ataídes Oliveira (33) Wilder Moraes (46) Antonio Anastasia (47)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (17)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p style="text-align: center;">Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (6)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder Lídice da Mata - PSB (11,25)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes José Medeiros (15,19,29) Vanessa Grazziotin (21,26) Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,14)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PPS - 1 José Medeiros (15,19,29)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,26)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder Fernando Collor - PTB (5,10)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,10)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PR - 4 Blairo Maggi (9)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)</p>	<p>Governo</p> <p style="text-align: center;">Líder Delcídio do Amaral - PT (48)</p>

EXPEDIENTE

<p style="text-align: center;">Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 70ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 15 DE MAIO DE 2015	5
1.1 – ABERTURA.....	5
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE.....	5
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação	
1.2.1.1 – Pareceres	
Nº 150/2015, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Substitutivo da Câmara nº 7/2015 ao Projeto de Lei do Senado nº 572/2011	5
Nº 151/2015, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Substitutivo da Câmara nº 6/2015 ao Projeto de Lei do Senado nº 322/2010	9
Nº 152/2015, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 355/2013	18
Nº 153/2015, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 74/2011	27
1.2.1.2 – Abertura de prazos	
Abertura do prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Substitutivo da Câmara nº 7/2015 ao Projeto de Lei do Senado nº 572/2011 continue sua tramitação	33
Abertura do prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Substitutivo da Câmara nº 6/2015 ao Projeto de Lei do Senado nº 322/2010 continue sua tramitação	33
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 74/2011 e 355/2013 sejam apreciados pelo Plenário (Ofícios nºs 14 e 15/2015-CAS)	33
1.2.1.3 – Término de prazo	
Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Resolução nºs 21 e 22/2015.....	34
1.2.1.4 – Aviso do Tribunal de Contas da União	
Nº 302/2015, na origem, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.090/2015, proferido nos autos do processo TC 000.277/2010-0	34
1.2.1.5 – Aviso do Ministro de Estado de Minas e Energia	
Nº 71/2015, na origem, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 34/2015, de autoria do Senador Ronaldo Caiado.....	36
1.2.1.6 – Realização de sessão	
Realização de sessão especial, segunda-feira próxima, às 11 horas, destinada a comemorar o Dia Nacional da Defensoria Pública.....	36
1.2.2 – Oradores	
SENADOR PAULO PAIM – Registro de documento recebido, pela CDH, sobre ataques contra a comunidade Bahá'í no Irã; e outros assuntos.....	36
SENADOR JOSÉ MEDEIROS, como Líder – Preocupação com as condições de trabalho dos policiais e com a falta de um plano direcionado de segurança pública no País; e outros assuntos.....	47
1.3 – ENCERRAMENTO.....	54
2 – RETIFICAÇÕES	
Ata da 44ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 7 de abril de 2015, publicada no <i>Diário do Senado Federal</i> nº 44, do dia subsequente.....	54
Ata da 47ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 9 de abril de 2015, publicada no <i>Diário do Senado Federal</i> nº 46, do dia subsequente.....	55
Ata da 51ª Sessão, Deliberativa Extraordinária, em 16 de abril de 2015, publicada no <i>Diário do Senado Federal</i> nº 51, do dia subsequente.	55
Ata da 62ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 6 de maio de 2015, publicada no <i>Diário do Senado Federal</i> nº 63, do dia subsequente.....	57
3 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA	58

SENADO FEDERAL**4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**

Por Unidade da Federação	59
Bancadas dos Partidos	60
Por ordem alfabética	61

5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL 62**6 – LIDERANÇAS** 63**7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS** 65**8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO** 69**9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	73
CAS – Comissão de Assuntos Sociais	76
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	78
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte	81
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	84
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	89
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	92
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura	94
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo	97
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	99
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	101
CSF – Comissão Senado do Futuro	102

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993)	103
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993)	104
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001)	105
Conselho de Estudos Políticos (Ato da Comissão Diretora nº 21/2006; e Portaria do Presidente nº 8/2015)	106
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009)	107
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010)	108
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012)	109
Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013)	110
Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento (Resolução nº 47/2013)	111
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995)	112
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013)	112
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005)	113
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010)	114

CONGRESSO NACIONAL**11 – COMISSÕES MISTAS**

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006)	115
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008)	117
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007)	119
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999)	120
CMCLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014)	121
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014)	122
CMCFL – Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal (Ato Conjunto dos Presidentes do Senado e da Câmara nº 1/2015)	124

12 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/2011-CN)	125
Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972)	127
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991)	128

Ata da 70ª Sessão, Não Deliberativa, em 15 de maio de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Medeiros e Paulo Paim

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 25 minutos e encerra-se às 11 horas e 4 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no Diário do Senado Federal.

É o seguinte o expediente:

PARECERES

PARECER Nº 150, DE 2015

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 7, de 2015 (ao Projeto de Lei do Senado nº 572, de 2011), que *acrescenta parágrafo único ao art. 55 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para obrigar as escolas de educação básica a identificar, no ato da matrícula, as pessoas autorizadas a ingressar no estabelecimento de ensino para cuidar de assuntos de interesse do aluno.*

RELATORA: Senadora ANA AMÉLIA

I – RELATÓRIO

Vem à análise desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD) nº 7, de 2015, oferecido ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 572, de 2011. O SCD pretende modificar a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para incluir a obrigação de que as escolas de educação básica registrem, no ato da matrícula, os nomes das pessoas autorizadas a ingressar no estabelecimento de ensino para tratar de interesses do aluno, além dos próprios pais ou representantes legais, ficando estes responsáveis também por manter a lista atualizada ao longo do período letivo.

O PLS aprovado pelo Senado Federal, de autoria do Senador Paulo Bauer, alterava o mesmo dispositivo do ECA, apresentando em relação ao SCD pequena diferença de redação, pois não previa a atualização da lista de pessoas autorizadas.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi apreciada pelas Comissões de Educação e Cultura (CEC) e de Constituição e Justiça e de Cidadania, tendo sido aprovada e convertida no SCD ora em apreciação.

Ao retornar ao Senado Federal, a matéria foi distribuída exclusivamente a esta Comissão.

II – ANÁLISE

Ao ser aprovada originalmente por esta Casa, a proposição buscava responder às demandas da sociedade brasileira por segurança nas escolas, na sequência da comoção causada pelos tristes acontecimentos que tiveram como cenário a Escola Municipal Tasso da Silveira, em Realengo, no Estado do Rio de Janeiro, em 7 de abril de 2011.

Passados quatro anos, e depois de o PLS ser aprovado pela Câmara dos Deputados, aqueles motivos continuam presentes: a violência nas escolas persiste como um pesadelo para pais, estudantes e professores.

Embora a violência tenha raízes estruturais e não facilmente apreendidas, não podemos descartar medidas preventivas que tornem a vida das pessoas mais segura. A proposição em análise aponta para uma dessas medidas, exigindo uma atuação mais eficaz das escolas na proteção das crianças sob sua responsabilidade. De fato, assegurar um ambiente protegido, livre do medo, é condição *sine qua non* para o sucesso na aprendizagem.

O que se propõe é de fácil operacionalização: registrar em instrumento próprio os nomes das pessoas autorizadas a ingressar no estabelecimento de ensino para tratar de assuntos referentes a cada aluno matriculado. Essa providência administrativa simples permitirá às escolas realizarem um controle de entradas e saídas dos edifícios escolares de forma mais eficiente, evitando o acesso de estranhos.

O SCD traz pequena modificação à redação original da proposição. Trata-se da referência à atualização da lista ao longo do ano letivo pelos pais ou responsáveis. Esse pequeno adendo, entretanto, não altera o sentido geral da matéria, mostrando-se desnecessário.

De fato, caso o rol elaborado no ato da matrícula fique desatualizado, os responsáveis sentirão, pelas próprias circunstâncias, a necessidade de realizar as alterações pertinentes. Ademais, a lei deve prezar pela generalidade, não sendo necessário prever todas as exceções que

porventura venham a surgir. Casos excepcionais devem ser tratados pela administração, responsável pela execução da medida.

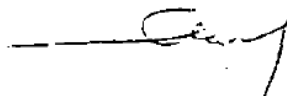
Nesse sentido, julgamos que o texto original, aprovado no Senado Federal, atende perfeitamente os objetivos pretendidos com a proposição, razão pela qual optamos por sua aprovação em detrimento do SCD.

III – VOTO

Em face do exposto, manifestamo-nos pela **rejeição** do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 7, de 2015, mantendo-se o texto originalmente aprovado por esta Casa nos termos do Projeto de Lei do Senado nº 572, de 2011.

Sala da Comissão, 12 de maio de 2015.

, Presidente



, Relatora

ASSINAM O PARECER, NA 16ª REUNIÃO, DE 12/05/2015, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:

Sen. Renan Calheiros

RELATOR:

Sen. Ana Amélia

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)	
Fátima Bezerra (PT)	1. VAGO
Angela Portela (PT)	2. Regina Sousa (PT)
Donizeti Nogueira (PT)	3. Zeze Perrella (PDT)
Cnstovam Buarque (PDT)	4. Walter Pinheiro (PT)
Lasier Martins (PDT)	5. Teilmário Mota (PDT)
Paulo Paim (PT)	6. Lindbergh Farias (PT)
Ivo Cassol (PP)	7. Ciro Nogueira (PP)
Gladson Cameli (PP)	8. Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)	
Simone Tebet (PMDB)	1. Raimundo Lira (PMDB)
Sandra Braga (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Rose de Freitas (PMDB)	4. Hélio José (PSD)
Otto Alencar (PSD)	5. Maria Suplicy (S/PARTIDO)
Dário Berger (PMDB)	6. VAGO
Jader Barbalho (PMDB)	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Wilder Moraes (DEM)	2. Ronaldo Caiado (DEM)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Antonio Anastasia (PSDB)	4. Ataídes Oliveira (PSDB)
VAGO	5. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Lidice da Mata (PSB)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Romário (PSB)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Roberto Rocha (PSB)	3. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC)	2. VAGO
Douglas Cintra (PTB)	3. VAGO

(À publicação)

PARECER Nº 151, DE 2015

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS,
sobre o Substitutivo da Câmara nº 6, de 2015,
ao Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2010 (nº
3.265/2012, naquela Casa), do Senador Sérgio
Zambiasi, que *dispõe sobre a regulamentação
da profissão de Disc Jockey - DJ*.

RELATOR: Senador **MARCELO CRIVELLA**

I – RELATÓRIO

Trata-se de parecer, acerca da Emenda (Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 6, de 2015) apresentada pela Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 322, de 2010, do Senador Sérgio Zambiasi, que altera vários artigos da Lei nº 6.533, de 24 de maio de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Artistas e de Técnico em Espetáculos de Diversões, para nela incluir as categorias de DJ ou Profissional de Cabine de Som (disc-jockey) e Produtor DJ (disc-jockey).

Nos termos do projeto iniciado no Senado Federal, o DJ ou Profissional de Cabine de Som DJ é o profissional que cria seleções de obras fixadas e de fonogramas, impressos ou não, organizando e dispondo de seu conteúdo,

executando essas seleções e divulgando-as ao público, por meio de aparelhos eletromecânicos, eletrônicos, ou outro meio de reprodução; o Produtor DJ, por seu turno, é o profissional que manipula obras fonográficas impressas ou não, cria ou recria versões e executa montagens sonoras para a criação de obra inédita, originária ou derivada.

O projeto estabelece que o exercício das profissões de Artista, de Técnico em Espetáculos de Diversões, de DJ ou Profissional de Cabine de Som DJ e de Produtor DJ requer prévio registro na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, o qual terá validade em todo o território nacional.

Ainda de acordo com a proposição, para o registro do Artista, do Técnico em Espetáculos de Diversões, do DJ ou Profissional de Cabine de Som DJ e do Produtor DJ, será necessária a apresentação de certificado de curso profissionalizante de DJ (disc-jockey).

Contudo, ficam dispensados de cumprir essa e as outras exigências já inscritas no art. 7º da Lei 6.533, de 1978, o DJ ou Profissional de Cabine de Som DJ e o Produtor DJ estrangeiros, desde que sua permanência no território nacional não ultrapasse o período de sessenta dias.

Também de acordo com o projeto, a cláusula de exclusividade não impedirá o Artista, o Técnico em Espetáculos de Diversões, o DJ ou Profissional de Cabine de Som DJ e o Produtor DJ de prestar serviços a outro empregador em atividade diversa da ajustada no contrato de trabalho, desde que em outro lugar e sem que se caracterize prejuízo para o contratante com o qual foi assinada a cláusula de exclusividade.

O projeto autoriza o empregador a utilizar o trabalho de profissional mediante nota contratual, para substituição de Artista, Técnico em Espetáculos de Diversões, DJ ou Profissional de Cabine de Som DJ (disc-jockey) e Produtor DJ (disc-jockey), ou para prestação de serviço eventual, por prazo não superior a sete dias consecutivos, vedada a utilização desse mesmo profissional, nos sessenta dias subsequentes, por essa forma, pelo mesmo empregador.

Além de fixar a jornada de trabalho desses profissionais em seis horas diárias e trinta horas semanais, o projeto dispõe que, na realização de eventos com a utilização de profissionais estrangeiros, deverá haver, obrigatoriamente, a participação de, pelo menos, setenta por cento de profissionais brasileiros.

Ao justificar o projeto, o autor da iniciativa informa ter encampado proposta apresentada em outra legislatura pelo Senador Romeu Tuma (PLS nº 740, de 2007), que obteve o aval do Senado e da Câmara, mas foi vetado pelo Presidente da República à época, circunstância que não prejudica sua apreciação neste momento.

Aprovado no âmbito das Comissões do Senado Federal a matéria foi a Câmara dos Deputados, onde foi também aprovada nos termos de emenda substitutiva, apresentada pelo Deputado Vicentinho, que optou por ordenar as alterações em lei autônoma, fora do âmbito da Lei nº 6.533, de 1978.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 90, inciso I e XII, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) emitir parecer sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 6, de 2015, oferecido ao PLS nº 322, de 2010, que trata da regulamentação de profissões inseridas no âmbito da diversão e dos espetáculos públicos e das criações artísticas.

Vale dizer que as proposições destinadas à regulamentação de profissões inserem-se no campo do Direito do Trabalho, estando sujeitas ao exercício da competência privativa da União e às disposições do Congresso Nacional, nos termos do inciso I do art. 22 e do caput dos arts. 48 e 61 da Constituição Federal. Conclui-se, portanto, que o projeto sob exame não contém vício de iniciativa.

Nesta fase legislativa não se permite mais alterações de mérito às proposições, devendo o parecer concluir pela aprovação do projeto de lei na forma em que foi aprovado no Senado, ou o Substitutivo da Câmara, considerado o seu todo, ou partes dele, nos termos do art. 285 a 287 do Regimento Interno do Senado Federal.

Assim, após análise da matéria, optamos por manter o Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2010, rejeitado o Substitutivo da Câmara dos Deputados.

Inicialmente o PLS 322, de 2010, na sua redação final, harmoniza-se com a forma preconizada no art. 12, inciso III, da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona,

pois não se justifica uma lei autônoma para tratar de apenas uma atividade profissional do espectro artístico.

No tocante ao mérito, impõe-se ressaltar que as atividades profissionais de DJ ou Profissional de Cabine de Som DJ (disc-jockey) e de Produtor DJ (disc-jockey) deixaram de ser secundárias há vários anos, tornando-se preeminentes na sociedade atual, tanto pela criatividade quanto pelo profissionalismo que envolvem.

Estima-se, hoje, que mais de um milhão de disc-jockeys atuam à margem da legislação, como autônomos, nos diversos meios de espetáculos de diversão ao público, animando número incalculável de pessoas.

Ora, se os artistas já têm sua profissão regulamentada, é hora de atribuir a esses profissionais tratamento isonômico, com o fito de assegurar-lhes direitos comuns aos trabalhadores, evitando lides judiciais, que – na situação deles – seria de difícil efetividade, dada a característica de sua atividade.

Vale dizer que a atuação desses profissionais certamente auxiliará aspectos tecnológicos da educação, mormente da educação a distância, tornando-se ferramenta útil para o desenvolvimento da educação nacional como um todo.

Entendemos que o Congresso Nacional já tem posição sobre a matéria, pois ele aprovou o PLS nº 740, de 2007, de autoria do Senador Romeu Tuma, fonte declarada de inspiração para a iniciativa agora apresentada pelo Senador Sérgio Zambiasi, um dos mais experientes e competentes comunicadores do País.

O Substitutivo da Câmara praticamente repete o PLS nº 322, de 2010, com alterações mais restritivas a atividade profissional, como a que exige a formação com carga mínima de 800 (oitocentas) horas aula, o que irá restringir o mercado de trabalho aos atuais DJs.

Não há sentido nenhum se exigir de um DJ formação que equivale à carga horária exigida, por exemplo, para duas e meia especializações lato sensu, em nível de pós-graduação, que atualmente é de 360 (trezentos e sessenta) horas aula.

Inclui, também, dispositivos que tratam de insalubridade, Programa Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, e Norma Regulamentadora nº 7, do Ministério do Trabalho e Emprego, que são afeitas à relação de trabalho e ao ambiente de trabalho e não a uma atividade profissional específica, sendo inoportuno o tratamento dos temas no âmbito desta proposição.

Assim, por estar em conformidade com as regras do processo legislativo, e por preservar a liberdade de trabalho preconizada no art. 5º, inciso XIII, da Constituição Federal, é que a proposição original atende mais aos interesses dos DJs e da sociedade em geral.

III – VOTO

Em face das razões expostas, votamos pela **rejeição do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 6, de 2015** e, conseqüentemente do **encaminhamento do Projeto** de Lei do Senado (PLS) nº 322, de 2010 **à sanção**.

Sala da Comissão, 13 de maio de 2015

Senador EDISON LOBÃO, Presidente

Senador MARCELO CRIVELLA, Relator



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 8ª Reunião, Extraordinária, da CAS

Data: 13 de maio de 2015 (quarta-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Humberto Costa (PT)	1. VAGO
Paulo Rocha (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Paulo Palm (PT)	3. José Pimentel (PT)
Regina Sousa (PT)	4. Walter Pinheiro (PT)
Angela Portela (PT)	5. Fátima Bezerra (PT)
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco da Majoria (PMDB, PSD)	
João Alberto Souza (PMDB)	1. Raimundo Lira (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	2. Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Dário Berger (PMDB)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Edison Lobão (PMDB)	5. Marta Suplicy (S/PARTIDO)
Otto Alencar (PSD)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Wilder Moraes (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Lídice da Mata (PSB)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Roberto Rocha (PSB)	2. Romário (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Vicentinho Alves (PR)
Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Eduardo Amorim (PSC)	3. VAGO

PARECER

Nº 152, DE 2015

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 355, de 2013, do Senador Vital do Rêgo, que altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que “dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para determinar que o paciente inscrito há longo tempo na lista única de espera receba atenção prioritária e seja objeto de critérios diferenciados de alocação e distribuição e para responsabilizar o Ministério da Saúde pela segurança e confiabilidade da lista única nacional.

RELATOR: Senador **HUMBERTO COSTA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 355, de 2013, de autoria do Senador Vital do Rêgo.

A iniciativa acrescenta os §§ 3º e 4º ao art. 10 da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997 (Lei dos Transplantes), para determinar que o paciente inscrito há longo tempo na lista única nacional de receptores de órgãos, tecidos e partes do corpo humano receba atenção prioritária e seja objeto de critérios diferenciados de alocação e distribuição para fins de transplante; e para

responsabilizar o Ministério da Saúde pela segurança e confiabilidade dessa lista.

A cláusula de vigência da proposição estabelece que a norma originada do projeto entre em vigor um ano após a data de sua publicação.

O autor argumenta, na justificação do projeto, que há importantes falhas que comprometem a segurança e a confiabilidade da lista única de transplantes, detectadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Assim, a proposição objetiva aprimorar o Sistema Nacional de Transplantes (SNT).

O projeto foi distribuído para ser apreciado em caráter terminativo e exclusivo pela CAS e não foi objeto de emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CAS opinar sobre proposições que digam respeito a condições e requisitos para remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante.

Ademais, como incumbe à CAS a decisão em caráter terminativo e exclusivo, cabe a ela também analisar, além do mérito da proposição, os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria.

Inicialmente, quanto aos requisitos de constitucionalidade, entendemos que a matéria se insere na competência da União, por tratar da proteção e defesa da saúde, consoante os arts. 24, inciso XII, e 197 da Constituição Federal.

Além disso, avaliamos que o projeto de lei não apresenta impropriedades ou vícios regimentais e preenche os requisitos de juridicidade, bem como os de técnica legislativa, pois foi redigido de acordo com as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que *dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis*.

Quanto ao mérito, julgamos que a iniciativa é merecedora de elogios em seu propósito de aprimorar o Sistema Nacional de Transplantes (SNT), notadamente no que diz respeito à organização da lista de receptores. No entanto, parece-nos que esse intuito não foi plenamente atingido.

A base legal do SNT é constituída, essencialmente, pela Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que estabelece a Política Nacional de Transplantes de Tecidos, Órgãos e Partes do Corpo Humano; pelo Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, que regulamenta a Lei dos Transplantes; e pela Portaria nº 2.600, de 21 de outubro de 2009, do Gabinete do Ministro da Saúde, que institui o Regulamento Técnico do SNT.

O referido regulamento determina que tecidos, órgãos, células ou partes do corpo – obtidos de doador falecido – para os quais existam potenciais receptores em regime de espera sejam distribuídos conforme o sistema de lista única.

Tal sistema de lista única é constituído pelo conjunto de potenciais receptores brasileiros, natos ou naturalizados, ou estrangeiros residentes no País, inscritos para recebimento de cada tipo de órgão, tecido, célula ou parte do corpo humano.

Quando ocorre uma doação, o órgão é inicialmente ofertado ao Estado de origem. Caso não haja receptor nessa lista, ou não haja receptor compatível, o órgão é oferecido à Central Nacional de Transplantes – vinculada ao SNT e situada em Brasília –, que providencia a distribuição para outro Estado, de acordo com critérios de urgência, logística e macrorregionalização,

para que o órgão possa ser transportado sem perder a sua viabilidade para o transplante.

A posição do paciente na lista é definida por critérios técnicos – compatibilidade sanguínea, antropométrica e, em alguns casos, histocompatibilidade e gravidade – e de tempo de permanência. Note-se, portanto, que o critério “tempo em lista” já é levado em consideração para todas as modalidades de transplante, apesar de não constituir critério único e nem se sobrepor aos demais, que também são imprescindíveis. Em verdade, dada a extensa área territorial do País, levar em consideração somente o critério “tempo em lista” poderia trazer efeitos deletérios para a logística do SNT e acarretar perdas.

Na operacionalização da distribuição de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante, os centros e equipes autorizados pelo Ministério da Saúde utilizam um sistema de gerenciamento informatizado do próprio Ministério, que armazena todas as informações dos pacientes presentes na lista única e das equipes que os acompanham. Tal sistema é constantemente monitorado e avaliado por aquela Pasta. São de responsabilidade da equipe especializada em transplantes a inserção, a manutenção e a atualização das informações sobre a situação clínica dos pacientes por ela listados, em especial a explicitação dos dados concernentes aos critérios de seleção a serem utilizados para a alocação do órgão ou tecido a ser transplantado.

As falhas apontadas pela auditoria do TCU no SNT, e mencionadas na justificação do projeto, referem-se a casos pontuais e isolados, que, de acordo com o Ministério da Saúde, já foram devidamente averiguados. Essas falhas estão sendo corrigidas com o desenvolvimento de um novo *software* e com a revisão do regulamento técnico de transplantes, ora em curso. Ressalte-se, ainda, que as fragilidades detectadas no sistema que gerencia a lista não comprometem a segurança de doadores e receptores como um todo e não justificam a suposição de que a lista não é respeitada.

Sobre o dilatado tempo de espera de alguns candidatos a transplante, observou-se que alguns pacientes inscritos antes da entrada em vigor da Portaria nº 2.600, de 2009, permaneceram por longos períodos em “semiatividade”, ou seja, sem condições clínicas para a realização de transplantes ou sem exames atualizados. No entanto, como o sistema registra todo o histórico dos pacientes, ele acabou contabilizando o tempo desde a data de primeira inscrição, prolongando artificialmente o tempo de permanência na fila.

Ressalte-se, por fim, que a legislação vigente já atribui ao Ministério da Saúde a responsabilidade de coordenar e monitorar as atividades que envolvam o processo de doação de órgãos e os transplantes.

Por essas razões, ainda que consideremos o projeto de lei meritório em seu propósito, questionamos as medidas que ele institui. A nosso ver, elas não irão resolver as agruras da lista de espera, nem aprimorar a segurança do sistema de transplantes.

De fato, mais importante do que impor o cumprimento da lista por critério exclusivo de tempo, que não nos parece adequado nem justo, é conscientizar a sociedade acerca da importância da doação, pois esse ato deve ser voluntário e altruísta. Em verdade, o que realmente eleva o tempo de espera por um transplante é a escassez de órgãos e o reduzido número de doações.

A legislação atual já traz segurança para o doador e para o receptor e garante o respeito à lista, elaborada de acordo com critérios técnicos e médicos debatidos com todos os segmentos interessados na matéria.

Importante frisar, ainda, que a experiência acumulada pelo SNT demonstrou que as regras técnicas não devem estar detalhadas em lei, pois isso engessa a atualização de normas que estão em constante processo de aperfeiçoamento resultante da experiência dos serviços.

III – VOTO

Ante o exposto, nosso voto é pela **rejeição** do Projeto de Lei do Senado nº 355, de 2013.

Sala da Comissão, 13 de maio de 2015.

Senador EDISON LOBÃO, Presidente

Senador HUMBERTO COSTA, Relator



SENADO FEDERAL
Comissão de Assuntos Sociais - CAS
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 355, de 2013

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 8ª REUNIÃO, DE 13/05/2015, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Edison Lobão *Senador Edison Lobão*

RELATOR: Humberto Costa

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)	
Humberto Costa (PT) <i>Relator</i>	1. VAGO
Paulo Rocha (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Paulo Paim (PT)	3. José Pimentel (PT)
Regina Sousa (PT)	4. Walter Pinheiro (PT)
Angela Portela (PT)	5. Fátima Bezerra (PT)
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)	
João Alberto Souza (PMDB)	1. Raimundo Lira (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	2. Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Dário Berger (PMDB)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Edison Lobão (PMDB) <i>Presidente</i>	5. Marta Suplicy (S/PARTIDO)
Otto Alencar (PSD)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Wilder Moraes (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Lídice da Mata (PSB)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Roberto Rocha (PSB)	2. Romário (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Vicentinho Alves (PR)
Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Eduardo Amorim (PSC)	3. VAGO

Comissão de Assuntos Sociais
PLS nº 355 de 2013
 Fls. nº 21

COMISSÃO DE ASSUNTOS
SOCIAIS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 355,

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo	SI	NÃO	ABSTENÇÃO
ABSTENÇÃO							
HUMBERTO COSTA (PT)		X		1. VAG	M		
ROBERTO ROCHA				2. GLEISI HOFFMANN			
PAULO PAIM		X		3. JOSÉ PIMENTEL			
REGINA SOUSA		X		4. WALTER PINHEIRO			
ANGELA PORTELA		X		5. TÍTIMA BEZERRA			
ANA AMÉLIA		X		6. BENEDITO DE LIRA			
TITULARES – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SI	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SI	NÃO	ABSTENÇÃO
PSD) JOÃO ALBERTO	M			1. RAIMUNDO LIRA	M		
SORCIZO (PMDB)				2. RIBALDI ALVES FILHO			
WSP) DEMIR MOKA		X		3. RAYNERO JUCA			
PARDO) BERGER		X		4. RAYSE DE FREITAS			
EDSON LOBÃO				5. RAYSE SUPPLY (S/			
PMDB) LENCAR				6. PAREDO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SI	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SI	NÃO	ABSTENÇÃO
DEM) MARIA DO CARMO	M			1. WILDER MORIM	M		
LUÍZES VIANA		X		2. RAYSE			
PSDB)				3. VAG			
VAG				4. VAG			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SI	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SI	NÃO	ABSTENÇÃO
ROBERTO ROCHA	M			1. VANESSA GRAZIANO	M		
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SI	NÃO	ABSTENÇÃO	2. ROBERTO		X	
PRB) MARCELO CRIVELLA	M			SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SI	NÃO	ABSTENÇÃO
EDSON FÉRRER		X		1. VICENTINHO LVES	M		
EDSON AMORIM				2. RAYSE			
3. VAG				3. VAG			
4. VAG				5. VAG			

Qtd. Sim: 12
Votação: TOTAL II NÃO ABS
SIM 0º Presidente não II 0
votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9, EM 13/05/2015

Senador EDISON
LOBÃO Presidente

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISE, art. 89, XI)



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

OFÍCIO Nº 14 / 2015 - PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 13 de maio de 2015.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente
Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 355, de 2013, que altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para determinar que o paciente inscrito há longo tempo na lista única de espera e receba atenção prioritária e seja objeto de critérios diferenciados de alocação e distribuição e para responsabilizar o Ministério da Saúde pela segurança e confiabilidade da lista única nacional, de autoria do Senador Vital do Rêgo.

Respeitosamente,

Senador **EDISON LOBÃO**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Comissão de Assuntos Sociais - Praça dos Três Poderes - Anexo II - Ala Senador Alexandre Costa - Sala 11A
CEP 70165-909 - Brasília DF - Tel. (0xx61) 3393 4698 - Fax: (0xx61) 3393 2652 - comcas@senado.gov.br

Comissão de Assuntos Sociais
PLS nº 355 de 20 13
Fls. nº 23

(À publicação)

PARECER

Nº 153, DE 2015

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2011, do Senador Rodrigo Rollemberg, *que acrescenta alínea c ao inciso VII do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e alínea c ao inciso VII do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir o artesão como segurado especial da Previdência Social.*

RELATOR: Senador **JOSÉ PIMENTEL**

RELATORA “AD HOC”: Senadora **REGINA SOUSA**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 74, de 2011, que ora vem a exame desta Comissão, é de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg e tem por objeto modificar as Leis nº 8.212 e nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, que estabelecem, respectivamente, o Plano de Custeio e o Plano de Benefícios da Previdência Social, para incluir o artesão na categoria de segurado especial da Previdência Social.

O projeto foi encaminhado a esta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para decisão em caráter terminativo, e, embora tenha sido objeto de dois relatórios anteriores, não chegou a ser votada.

Até o momento, não foram apresentadas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

O objeto do PLS nº 74, de 2011, é a inclusão dos artesãos em geral na categoria dos segurados especiais da Previdência Social. Atualmente, essa categoria compreende os pequenos produtores rurais e extrativistas em regime de economia familiar (ainda que subsidiariamente desempenhem outra atividade) e os pescadores artesanais e assemelhados, também em regime de economia familiar.

O autor justifica sua opção, ao lembrar que, atualmente, o artesão é incluído na categoria de contribuinte individual, o que importa na obrigação de recolher contribuições em percentuais bem mais elevados que os indicados para o segurado especial.

Em sua visão, a mudança da categoria do artesão representaria uma forma de justiça previdenciária, ao adequar os percentuais de recolhimento à capacidade contributiva da maioria dos trabalhadores que compõem a categoria dos artesãos.

As intenções do autor são louváveis e a preocupação com a adequação entre rendimentos e recolhimentos da categoria é justa, contudo, entendemos que essa preocupação já esteja equacionada de outra forma.

Com efeito, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em seu art. 18-A, § 3º, IV, determina que:

[A] opção pelo enquadramento como Microempreendedor Individual importa opção pelo recolhimento da contribuição referida no inciso X do § 1º do art. 13 desta Lei Complementar na forma prevista no § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

O citado inciso X do § 1º do art. 13 se refere, justamente à Contribuição para a Seguridade Social, relativa à pessoa do empresário, na qualidade de contribuinte individual, a qual será paga na forma do § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 1991, que dispõe:

§ 2º No caso de opção pela exclusão do direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, a alíquota de contribuição incidente sobre o limite mínimo mensal do salário de contribuição será de:

I - 11% (onze por cento), no caso do segurado contribuinte individual, ressalvado o disposto no inciso II, que trabalhe por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou

equiparado e do segurado facultativo, observado o disposto na alínea b do inciso II deste parágrafo;

II - 5% (cinco por cento):

a) no caso do microempreendedor individual, de que trata o art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; (grifos nossos)

Justamente, os artesãos em geral se encontram no rol dos microempreendedores individuais que estão autorizados a proceder o recolhimento na forma dos dispositivos legais supracitados, tendo sido expressamente autorizados para isso pela norma que regulamenta sua aplicação (Anexo XIII da Resolução nº 94 do Comitê Gestor do Simples Nacional, de 29 de novembro de 2011).

Ora, dado que, como cita o Autor, a renda média dos artesãos brasileiros é de um salário mínimo e meio por mês, essa modalidade de recolhimento, na grande maioria dos casos será mais benéfica ao trabalhador, por importar em recolhimentos mais modestos.

Além disso, ressalte-se que, em relação ao artesão não está presente um dos elementos centrais que motivaram a criação da classe dos segurados especiais.

Com efeito, tanto a atividade dos produtores rurais quanto a dos pescadores artesanais e assemelhados caracterizam-se por sua sazonalidade, a inevitável alternância entre períodos de trabalho intenso e quase completa inatividade, a dificultar a obtenção de um fluxo regular de rendimentos que permitisse manter o recolhimento da contribuição em bases regulares.

Além disso, temos de compreender que a existência da aposentadoria especial cumpre uma função essencial na dinâmica das relações sociais do Brasil. Trata-se de um dos mais efetivos instrumentos de redistribuição da renda da cidade para o campo, pois, como já tive oportunidade de escrever, no livro “A Previdência Social no Brasil”, editado em 2003, *“na área urbana, podemos até não ter um carro para passear, uma bicicleta para andar, mas precisamos do arroz e do feijão na panela. E só haverá o nosso arroz e feijão se lá na roça estiverem o nosso irmão e a nossa irmã trabalhando na agricultura, plantando e colhendo para dar dignidade a sua família”*.

Por essas razões — e não unicamente em função do nível de renda — estabeleceu-se o regime mais flexível do segurado especial. O artesão, ainda que assemelhado aos segurados especiais no tocante ao rendimento médio, não o é quanto às demais características de sua atividade, menos marcada pela sazonalidade.

Ainda, para reforçar nosso entendimento, temos de trazer à baila, nossa participação na elaboração da Medida Provisória nº 410, de 2007, que se tornou o Projeto de Lei de Conversão nº 8, que aprovado pelo Congresso se tornou a Lei nº 11.718, de 20 de agosto de 2008. Esta Lei contempla uma reformulação ampla da situação jurídica do pequeno produtor rural, inclusive quanto a seus aspecto de segurado especial da Previdência, enfatizando a estreita vinculação da condição de segurado especial à de produtor rural ou extrativista.

Notadamente, a Lei dispõe, também, sobre o exercício, pelo segurado especial ou pessoa de seu núcleo familiar, de atividades artesanais, determinando que, em princípio, o exercício concorrente dessas atividades não constitui causa para mudança da categoria de segurado, salvo se os rendimentos decorrentes dessa atividade puderem ser considerados o rendimento principal da pessoa que a exerce.

Essa disposição equaciona a problemática apontada pelo presente Projeto, preservando a integridade legislativa da categoria de segurado especial. Com efeito, se o artesão for primordialmente um produtor rural em regime de economia familiar, foram criados mecanismos para que sua condição de segurado especial seja preservada. Por outro lado, a Lei Complementar nº 123, de 2006, criou o empreendedor individual disciplinando a atividade do artesão urbano.

III – VOTO

Do exposto, o voto é pela **rejeição** do PLS nº 74, de 2011.

Sala da Comissão, 13 de maio de 2015.

Senador EDISON LOBÃO, Presidente

Senadora REGINA SOUSA, Relatora “ad hoc”

Comissão de Assuntos Sociais - CAS
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, de 2011

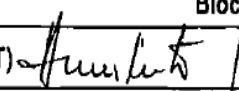

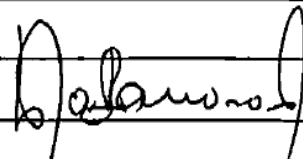
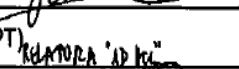
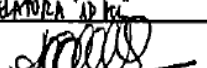
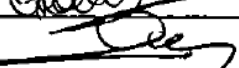

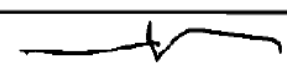

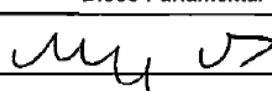
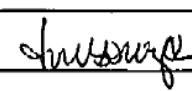
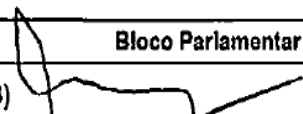
TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 8ª REUNIÃO, DE 13/05/2015, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: 

RELATOR: 

RELATORA "AD HOC": SENADORA REGINA SOUSA

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)	
Humberto Costa (PT) 	1. VAGO
Paulo Rocha (PT)	2. Giesli Hoffmann (PT)
Paulo Paim (PT) 	3. José Pimentel (PT) 
Regina Sousa (PT) 	4. Wallor Pinheiro (PT)
Angela Portela (PT) 	5. Fátima Bezerra (PT)
Ana Amélia (PP) 	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)	
João Alberto Souza (PMDB)	1. Raimundo Lira (PMDB)
Sérgio Peçanha (PSD)	2. Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB) 	3. Romero Jucá (PMDB)
Dário Berger (PMDB) 	4. Rose de Freitas (PMDB)
Edison Lobão (PMDB) 	5. Marta Suplicy (S/PARTIDO)
Otto Alencar (PSD)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM) 	1. Wilder Moraes (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Lidice da Mata (PSB) 	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Roberto Rocha (PSB)	2. Romário (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB) 	1. Vicentinho Alves (PR)
Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Eduardo Amorim (PSC)	3. VAGO

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, DE 2011.

TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
HUMBERTO COSTA (PT)		X		1. VAGO			
PAULO ROCHA (PT)				2. GLEISI HOFFMANN (PT)			
PAULO PAIM (PT)		X		3. JOSÉ PIMENTEL (PT) REL. SU BST. POR		X	
REGINA SOUSA (PT) RELATOR ADHOC		X		4. WALTER PINHEIRO (PT)			
ANGELA PORTELA (PT)		X		5. FÁTIMA BEZERRA (PT)			
ANA AMÉLIA (PP)		X		6. BENEDITO DE LIRA (PP)			
TITULARES - Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)				1. RAIMUNDO LIRA (PMDB)			
SÉRGIO PETECÃO (PSD)				2. GABRIELDI ALVES FILHO (PMDB)			
WALDEMIR MOKA (PMDB)		X		3. ROMERO JUCA (PMDB)			
DÁRIO BERGER (PMDB)		X		4. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
EDISON LOBÃO (PMDB)				5. MARTA SUPLICY (S/PARTIDO)			
OTTO ALENCAR (PSD)				6. VAGO			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARIA DO CARMO ALVES (DEM)		X		1. WILDER MORAIS (DEM)			
LÚCIA VÂNIA (PSDB)				2. VAGO			
VAGO				3. VAGO			
VAGO				4. VAGO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LÍDICE DA MATA (PSB)		X		1. VANESSA GRAZZIOTTIN (PCDOB)			
ROBERTO ROCHA (PSB)				2. ROMÁRIO (PSB)			
TITULARES - Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA (PRB)		X		1. VICENTINHO ALVES (PR)			
ELMANO FÉRRER (PTB)				2. VAGO			
EDUARDO AMORIM (PSC)				3. VAGO			

Quórum: 12

Votação: TOTAL 11 SIM 0 NÃO 11 ABS 0

* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9, EM 13/05/2015

Senador EDISON LOBÃO
Presidente

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTEENSIVAS (RSE, art. 89, XI)

OFÍCIO Nº 15 /2015 - PRESIDÊNCIA/CAS

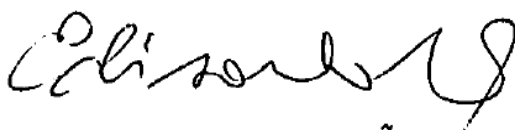
Brasília, 13 de maio de 2015.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente
Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2011, que *acrescenta alínea c ao inciso VII do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e alínea c ao inciso VII do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir o artesão como segurado especial da Previdência Social*, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg.

Respeitosamente,



Senador **EDISON LOBÃO**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

(À publicação.)

ABERTURA DE PRAZOS

Foi encaminhado à publicação o Parecer nº 150, de 2015, da CE, concluindo contrariamente ao Substitutivo da Câmara nº 7, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 572, 2011.

De acordo com o disposto no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, fica aberto o prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que a matéria continue sua tramitação.

Foi encaminhado à publicação o **Parecer nº 151 de 2015**, da CAS, concluindo contrariamente ao **Substitutivo da Câmara nº 6, de 2015**, ao **Projeto de Lei do Senado nº 322, 2010**.

De acordo com o disposto no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, fica aberto o prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que a matéria continue sua tramitação.

Com referência aos **Ofícios nºs 14 e 15, de 2015**, da CAS, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os **Projetos de Lei do Senado nºs 74, de 2011; e 355, de 2013**, sejam apreciados pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

São os seguintes os ofícios:

Ofício nº 14/2015 – PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 13 de maio de 2015

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 355, de 2013, que altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplantes e tratamentos e dá outras providências, para determinar que o paciente inscrito há longo tempo na lista única de espera e receba atenção prioritária e seja objeto de critérios diferenciados de alocação e distribuição e para responsabilizar o Ministério da Saúde pela insegurança e confiabilidade da lista única nacional de autoria do Senador Vital do Rêgo.

Respeitosamente, – Senador **Edison Lobão**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

OFÍCIO Nº15/2015 – PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 13 de maio de 2015

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2011, que acrescenta alínea e ao inciso VII do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e alínea c ao inciso VII do art. 11 da Lei do art. 11 da Lei nº 8.213, de julho de 1991, para incluir o artesão como segurado especial da Previdência Social, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg.

Respeitosamente, – Senador **Edison Lobão**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

TÉRMINO DE PRAZO

Encerrou-se no dia 14 de maio o prazo para apresentação de emendas aos **Projetos de Resolução nºs 21 e 22, de 2015**.

Não foram oferecidas emendas.

As matérias vão à CCJ e CDir.

AVISO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

– **Aviso nº 302-Seses-TCU-Plenário, de 2015**, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 1090/2015, proferido pelo Plenário da Corte, sobre pedido de reexame em face do Acórdão nº 3.271/2013 da mesma Corte, acerca de execução de contrato de repasse para construção de unidades habitacionais em Porto Velho/RO.

São os seguintes o Aviso e a cópia do Acórdão:

Aviso nº 302-Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, 7 de maio de 2015.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1090/2015 proferido pelo Plenário desta Corte nos autos do processo nº TC 000.277/2010-0, na Sessão Ordinária de 6/5/2015, acompanhando do Relatório e do Voto que o fundamentam.

Esclareço, por oportuno, que o mencionado Acórdão produzirá efeitos após o seu trânsito em julgado.

Respeitosamente,

AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA
Presidente

A Sua Excelência, o Senhor Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes, Senado Federal Brasília -DF

ACÓRDÃO Nº 1090/2015 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 000.277/2010-0.

2. Grupo I – Classe de Assunto I -Pedido de reexame (em Relatório de Auditoria).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Congresso Nacional (vinculador).

3.2. Responsáveis: Carlos Eduardo Chaves (266.177.158-10); Euclides dos Santos Brasil (312.733.862-72); Fernanda Kopanakis Pacheco (508.559.301-44); Horácio de Lima Castro Filho (960.403.438-34); Israel Xavier Batista (203.744.374-91); Maria Josete Marques de Souza (142.076.804-20); Pedro Euzébio Alves de Souza (386.303.202-06); Roberto Eduardo Sobrinho (006.661.088-54); Rogério dos Santos (698.183.712-91); Sebastião Assef Valladares (007.251.70263); Tecnenge -Tecnologia Civil Ltda (01.914.830/0001-97); Tiago Dambrós Costa Beber (889.420.151-15); Valmir Queiroz de Medeiros (205.216.854-00).

3.3 Recorrentes: Carlos Eduardo Chaves (266.177.158-10); Valmir Queiroz de Medeiros (205.216.854-00); Tiago Dambrós Costa Beber (889.420.151-15).

4 Entidades: Caixa Econômica Federal e Município de Porto Velho/RO.

5. Relatores:

5.1. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

5.2 Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Advogado constituído nos autos: Elio Oliveira Cunha (OAB/RO n.º 6.030); Murilo Fracari Roberto (OAB/DF n.º 22.934).

Acórdão: VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase processual, de Pedido de Reexame em face do Acórdão n.º 3.271/2013-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 conhecer dos Pedidos de Reexame interpostos pelos Srs. Valmir Queiroz de Medeiros, Tiago Dambrós Costa Beber e Carlos Eduardo Chaves, com fundamento no art. 286 do Regimento Interno, para, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo-se inalterados os termos do Acórdão recorrido;

9.2 encaminhar estes autos ao Gabinete do Exmo. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa;

9.3 dar ciência da presente deliberação aos interessados.

10. Ata nº 16/2015 – Plenário.

11. Data da Sessão: 6/5/2015 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1090-16/15-P.

13 Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Rai-

Carreiro (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

(Assinado Eletronicamente)
AROLDO CEDRAZ
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
RAIMUNDO CARREIRO
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
PAULO SOARES BUGARIN
Procurador-Geral

O aviso vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

AVISO DO MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA

Aviso nº 71, de 14 de maio de 2015, do Ministro de Estado de Minas e Energia, em resposta ao **Requerimento nº 34, de 2015**, de informações, de autoria do Senador Ronaldo Caiado.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

REALIZAÇÃO DE SESSÃO

A Presidência lembra às Senadoras e aos Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se segunda-feira, dia 18, às 11 horas, destinada a comemorar o Dia Nacional da Defensoria Pública, nos termos do **Requerimento nº 53, de 2015**, da Senadora Ana Amélia e outros Senadores.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Bom dia, Presidente da Casa em exercício, Senador José Medeiros, sempre presente nas comissões e no plenário e parceiro meu lá na Comissão de Direitos Humanos. É uma satisfação, nesta manhã de sexta-feira, falar da tribuna do Senado sob a sua Presidência.

Senador José Medeiros, eu sempre digo que direitos humanos é uma questão internacional. E é como presidente da Comissão de Direitos Humanos que eu volto à tribuna mais uma vez – já fiz um pronunciamento semelhante também no ano passado –, venho mais uma vez fazer um apelo em nome daqueles que estão presos no Irã, sete companheiros que têm a sua opção de visão de mundo e de religião, da comunidade Bahá'í.

Enfim, Sr. Presidente, é com orgulho e satisfação que faço a defesa, mas estou triste porque, embora eu tenha feito o pedido, no ano passado, os sete continuam presos.

Então, venho à tribuna para, Sr. Presidente, ler o seguinte documento que a Comissão de Direitos Humanos recebeu da comunidade Bahá'í e entendeu que este pronunciamento deveria ser feito aqui no plenário.

Sr. Presidente, [senhoras e senhores], direitos humanos [como eu digo sempre] não têm fronteiras [...] [onde] há homens e mulheres que dão sua vida na defesa dos direitos humanos, [nós temos de estar juntos]; eu tento caminhar sempre nessa seara, porque, para mim, direitos humanos estão em primeiro lugar.

Os ataques contra a comunidade Bahá'í no Irã representam um dos mais claros casos de perseguição e de ataque aos direitos humanos atualmente no mundo conturbado em que nós [...] [estamos vivendo, ninguém quer a violência].

Em pleno século XXI, é trágico tentar visualizar o impacto danoso e prejudicial que tal [...] [situação] tem sobre a vida de milhares de indivíduos, homens e mulheres, crianças, jovens, adultos e idosos [em grande parte dos países do mundo. Não queremos nenhum tipo de tortura, de prisão injusta em qualquer parte do mundo. E este é um dos casos que nós trazemos à tribuna, como já trouxemos outros.]

São numerosos, [Sr. Presidente], os casos, [por exemplo, da comunidade] bahá'ís, que foram expulsos de universidades e de outros setores de ensino superior. E mais numeroso é o número de jovens bahá'ís a quem tem sido negado o direito de matrícula em universidade virtual porque têm uma visão diferenciada em relação àqueles que têm sua visão do Estado, [mas é legítimo! Como se aqui no Bra-

sil nós achássemos que a Oposição não tem o direito de fazer o bom combate como o fazem. Podemos ter uma posição diferenciada, mas tem de haver respeito àqueles que pensam diferentemente.] Existem situações que desafiam nosso legado maior, o legado que diz que pertencemos a uma única espécie [...], [à mesma espécie: nós pertencemos à humanidade.] A humanidade é uma só. [A espécie humana: negros, brancos, índios, amarelos, cada um se identifique como achar melhor, cada um tenha sua opção religiosa, Sr. Presidente.]

Sr. Presidente, o escritor brasileiro [...] [gaúcho, meu amigo, por quem tenho e sempre tive um respeito enorme, aliás, tanto pelo pai como pelo filho] Érico Veríssimo [gaúcho como eu] também registra o sabor do Vinho Selete de Bahá'u'lláh. Escreveu Érico Veríssimo: "Gostaria de caminhar sem pressa por suas ruas e subir um dia, à hora do poente, os degraus de mármore que, por entre solenes ciprestes, me levariam até a porta do templo Bahá'í, e talvez à salvação espiritual." [São palavras desse ícone, intelectual, escritor, poeta, professor que é Érico Veríssimo.]

Sr. Presidente, há exatos sete longos anos, nenhum dia a mais ou a menos, os sete líderes da comunidade Bahá'í foram encarcerados no Irã e, desde então, veem os seus direitos humanos fundamentais [tão apregoados por todos nós] sendo negados. Essas sete lideranças Bahá'ís, conhecidas mundialmente pelo nome Yarán, palavra persa que significa amigos, encontram-se confinados na terrível prisão de Evin, em Teerã, desde 14 de maio de 2008. A prisão desses Bahá'ís, conhecidos como Yarán, tem recebido imensa repercussão internacional, com dezenas de governos e parlamentares nacionais, além de intelectuais em geral, pronunciando-se em defesa dos Yarán e exigindo a imediata cessação da violação dos direitos humanos dessas pessoas inocentes que estão confinadas em prisão.

Lembro aqui que o meu amigo de sempre Eduardo Suplicy, ainda nesta semana, fez um belo vídeo que está sendo distribuído para que as pessoas assistam em nível nacional. É o apoio e a solidariedade do meu amigo e querido ex-Senador Eduardo Suplicy.

E a pergunta que fica e que talvez todos vocês que estão me vendo aqui no Senado da República devam estar fazendo é: "Paim, qual foi o crime dos Bahá'ís há sete anos?" Foi professar uma religião, professar que acreditam que Deus é um só, e a humanidade, uma só. Quero dizer que também acredito – e sou um homem de fé – que Deus é um só e a humanidade é uma só, e eu não pertencço à comunidade Bahá'í.

E será que eu também, se fosse visitar o Irã, seria preso?

Que mal há nisso?

Vale destacar que a comunidade Bahá'í mundial tem membros de mais de 2,1 mil raças e etnias. Seus textos sagrados são traduzidos em cerca de 570 idiomas e dialetos.

E é uma comunidade ativa na promoção do direito da mulher, da preservação do meio ambiente do Planeta [eu também sou um militante dos direitos humanos e do meio ambiente], no respeito às diferentes formas de conexão com o sagrado. Por isso, além de respeitar, apreciam, sinceramente, a beleza das diversas religiões mundiais da humanidade, desde o hinduísmo ao budismo [eu já tive muita aula com budista], do judaísmo ao cristianismo [e sou cristão, sou cristão], do zoroastrismo ao islamismo, e todas as percepções legítimas que emergem dos cultos, inclusive – aqui digo eu, o inclusive é meu [eu que sou um negro e também respeito e participei de inúmeros debates sobre a liberdade de religião] – de matriz africana, que também é muito, muito discriminada no Brasil e no mundo.

Assim, associo-me, nesta data [com todo o respeito ao povo do Irã, que tem as suas opções e a sua posição, àqueles que são Bahá'ís e aos que não são Bahá'ís], a todas as pessoas de boa vontade, na luta pela imediata cessação de toda forma de intolerância religiosa [vejam bem: de toda forma de intolerância religiosa] e no legítimo anseio de que aos Bahá'ís lhes seja restituída, de imediato, a sua sonhada e merecida liberdade.

Liberdade é uma palavra tão bonita, e para mim a palavra liberdade se confunde com a palavra amor. Em nome do amor e da liberdade, eu peço a liberdade dos sete Bahá'ís presos. "Liberdade de ser, liberdade de crer, liberdade de ir e de vir [liberdade de amar, liberdade religiosa], liberdade para continuar trabalhando por um mundo mais fraterno, pacífico, tolerante e que tenha real apreço pela diversidade humana."

Sr. Presidente, essa é a mensagem que leio ou faço. Não tenho nada contra ninguém, até porque eu sou um humanista, no mundo todo, mas onde houver uma única pessoa sendo injustiçada de uma forma ou de outra, na prisão, uma tolerância, ou por intolerância, é minha obrigação estar aqui, na tribuna, fazendo este pronunciamento. É por isso, Sr. Presidente, que eu peço que esse documento fique nos anais da Casa e se dê a devida divulgação pelos meios de comunicação daqui, do Senado.

Sr. Presidente, a segunda fala que faço eu diria que vai quase na mesma linha, que de novo falo com o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador José Medeiros, V. Ex^a que é um militante lá, atuante, presente em praticamente todas as reuniões. No último mês de fevereiro, a Anistia Internacional publicou um informe sobre o estado dos direitos humanos no mundo, referente ao período 2014-2015. Esse relatório reúne dados colhidos em 160 países, apresentando um cenário abrangente da situação dos direitos humanos ao redor do mundo.

As informações trazidas pela Anistia Internacional à Comissão de Direitos Humanos e uma audiência presidida pela Senadora Regina preocupou a todos. Violações aos direitos humanos continuam a ocorrer sistematicamente em todo o globo. Tais violações vão da falta de liberdade de expressão à violência policial, do aprisionamento arbitrário e tortura, da discriminação étnica religiosa à discriminação de gênero, a um massacre de civis de zona de conflito e à discriminação também pela cor da pele.

A violência contra civis em regiões assoladas pela guerra recebeu um destaque especial no relatório deste ano. Em teoria, Sr. Presidente José Medeiros, os civis, claro, não deveriam ser alvo deliberado de grupos combatentes armados – é isso que preceitua o direito humanitário internacional. Na prática, nem tanto, a história é outra; a população civil é atingida de forma proporcional pelos lados em conflito, sabendo e sofrendo os horrores da guerra de que tentam fugir.

Em muitos casos relatados pela Anistia Internacional, a maioria dos mortos em conflitos não é de combatentes, mas de civis. O conflito da Síria, por exemplo, ceifou mais de 200 mil vidas nos últimos quatro anos. A maior parte dos mortos pertencia à população civil.

Em julho do ano passado, mais de 2 mil palestinos foram mortos nos ataques lá em Israel, na Faixa de Gaza. Novamente, a maioria esmagadora de mortes, 1,5 mil, deu-se entre os civis. Esse que estou aqui apresentando é o relatório da Anistia Internacional.

Na Ucrânia, diz a Anistia Internacional, os combatentes entre as forças governistas e os grupos separatistas pró-Rússia já causaram a morte de 4 mil pessoas em 2014; boa parte delas não eram militares. Ambos os lados – ambos os lados! – têm contribuído para inchar esses dados. A população civil, nessas e em outras zonas de conflito ao redor do mundo, encontra-se indefesa, tornando-se alvo fácil da ação covarde de forças combatentes de todos os lados.

Nota-se que um dos maiores estímulos a essas ações criminosas reside na impunidade. Em algumas situações, há claro retrocesso no que diz respeito à punição dos responsáveis por crime contra os direitos humanos. Um desses retrocessos foi a apresentação, em junho do ano passado, durante a 23^a Cúpula da União Africana, de uma proposta de emenda que poderá alterar para pior o Estatuto do Tribunal Africano de Justiça e Direitos Humanos. Se aprovada a emenda, concederá imunidade ao Chefe de Estado e a outros dignitários perante aquela Corte.

É um absurdo essa emenda! Chefe de Estado nenhum – nenhum! – no Planeta tem o direito de ferir os direitos humanos. Isso significa, se essa emenda for aprovada, que o Tribunal Africano de Justiça e Direitos Humanos ficará impedido de julgar essas pessoas, caso elas tenham cometido violações à lei internacional ou aos direitos humanos. Temos, sim, e mandamos já uma moção, no sentido de que essa emenda não venha a ser ratificada pelos países da União Africana.

Sr. Presidente José Medeiros, o sofrimento dos civis em zona de guerra não se restringe a ferimentos, a perda de entes queridos ou ao medo da morte; ele se estende à perda do lar, do trabalho, da vida e da dignidade daqueles que sobrevivem; ele se apresenta na forma da violência, da falta da liberdade podendo sonhos e cortando a esperança. Talvez, Sr. Presidente, José Medeiros, o pior sofrimento seja essas pessoas saberem que a comunidade internacional pouco fará para ajudá-las.

E volto a citar o caso da Síria. Um verdadeiro êxodo se abateu sobre o País: uma massa de 4 milhões de refugiados espalhou-se principalmente pela Turquia e Líbano. Iraque, Jordânia e Egito, 3,4 mil pessoas morreram afogadas no Mediterrâneo, tentando escapar do conflito sírio. Há cerca de 380 mil refugiados da Síria que necessitam ser reassentados com urgência.

São pessoas que não têm ninguém – ninguém! – a quem recorrer. Fiquei assustado quando vi que muitos imigrantes são deixados a relento no mar, que os países para aonde querem ir não aceitam que desembarquem. O máximo que fazem é jogar sacos de comida e água.

Enfim, Sr. Presidente, estamos muito preocupados com o avanço da tortura, da violência, do desrespeito aos direitos humanos no mundo. Algumas delas são sobreviventes de tortura, crianças desacompanhadas ou pessoas com graves problemas de saúde. Um quadro melancólico que deve inspirar ações de acolhimento pela comunidade internacional.

Infelizmente não é isso o que tem acontecido. Os países ricos oferecem pouquíssimas vagas para reassentar essas pessoas: alguns não aceitam nenhum refugiado ou imigrante. À exceção da Alemanha – repito aqui,

nós que sempre criticamos, lá no passado, a ação nazista da Alemanha, liderada por Hitler, e hoje a Anistia Internacional rende homenagem à Alemanha –, que ofereceu 30 mil vagas para os refugiados da Síria, as propostas de acolhimento de outros países, em sua maioria, alcançam algumas dezenas de vagas. Parabéns à Alemanha!

A comunidade internacional é pródiga em fazer declarações contra a barbárie cometida em zonas de conflito, porém econômica em realizar ações que possam resolver esse problema.

Não se trata apenas de acolher os refugiados, mas de evitar os conflitos que desalojam milhões e milhões de seres humanos.

Sr. Presidente, Senador José Medeiros, a Organização das Nações Unidas é a face mais destacada da comunidade internacional. Criada em outubro de 1945, logo depois dos horrores da Segunda Guerra Mundial, a ONU tem como uma de suas principais metas a manutenção da paz ao redor do mundo. A ONU mantém, atualmente, 120 mil soldados em quatro continentes para zelar pela paz. O Brasil inclusive lidera, com muita competência, a missão de paz da ONU no Haiti, há mais de 10 anos.

Conversei com delegações que foram ao Haiti. Embora alguns militantes entendam que as forças brasileiras de lá devem se retirar, mas as missões de paz, inclusive aqui, do Senado e da Câmara, que estiveram no Haiti, observaram que o povo do Haiti tem um carinho especial pelos soldados brasileiros, que lá estão solidários, que lá estão até, às vezes, perdendo vidas, para ajudar o povo do Haiti.

Meus cumprimentos à Missão de Paz liderada pelos soldados brasileiros que lá estão.

As Iniciativas das Nações Unidas são importantes, no entanto, poderiam ser mais amplas, mais abrangentes.

O seu Conselho de Segurança, órgão responsável pela manutenção da paz e da segurança mundial, poderia ter uma atuação mais efetiva, não fosse o poder de veto concedido a seus membros permanentes.

China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia têm o poder de barrar qualquer decisão que esteja em via de ser adotada pelo Conselho de Segurança.

Não estou aqui julgando nenhum desses países, mas estou apenas reafirmando que nenhum país teria que ter poder de veto em qualquer ação que seja aprovada naquele fórum, na linha da defesa dos direitos humanos.

Basta que um desses países exerça seu poder de veto, para que uma decisão não seja admitida pelo Conselho.

Assim, com base nos interesses geopolíticos desses cinco países, muitas ações de manutenção da paz deixam de ser realizadas pelas Nações Unidas.

Há, porém, um movimento crescente, para que os membros permanentes do Conselho de Segurança não utilizem mais o poder de veto em situações de genocídio, crimes de guerra e crimes contra a humanidade.

Com uma ação mais ampla da ONU, será possível diminuir as atrocidades que têm sido cometidas em conflitos nos quatro cantos do mundo, fazendo com que nos aproximemos mais uma vez, e com muita força, da verdadeira paz mundial.

Sr. José Medeiros, não poderia falar do informe da Anistia Internacional sem mencionar questões a respeito do Brasil. Por um lado, sobressaímos positivamente, apoiando na ONU resoluções contrárias a qualquer tipo de discriminação baseada na identidade de gênero, cor e orientação sexual.

Também nos destacamos pela aprovação em nosso País do Marco Civil da Internet, legislação que garantiu a neutralidade da rede, bem como criou o mecanismo para defesa da liberdade, da expressão e da privacidade dos indivíduos. Destacamos, também, a atuação do Brasil no Haiti.

A conclusão dos trabalhos da Comissão da Verdade foi, igualmente, um ponto favorável aos direitos humanos no Brasil, e assim a Anistia Internacional reconhece. O relatório final da Comissão propôs mudanças que tornam mais difícil a impunidade por crimes de violação dos direitos humanos. Apesar dessas ações em prol dos direitos humanos, colecionamos uma série de problemas que temos que enfrentar com destemor e rapidez, como digo sempre, com a sabedoria e paciência, dentro do possível, dos mestres, mas com a coragem dos tigres: problemas como excessivos da violência por autoridades policiais, as condições desumanas de prisões ou a violência contra a juventude negra ou contra as mulheres.

Os números de violência em nosso País são superlativos. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2014, cerca de 54 mil pessoas foram assassinadas no Brasil só em 2013 – 54 mil pessoas! Em média, temos um homicídio a cada dez minutos. Isso quer dizer que, ao fim desta minha fala, muitas pessoas foram assassinadas.

É lamentável dizer, mas a violência policial acompanha a brutalidade que vemos no País. De 2009 a 2013, mais de 11 mil pessoas foram mortas por quem? Por policiais no Brasil. Isso equivale a todas as pessoas mortas pela polícia dos Estados Unidos, nos últimos 30 anos. O que nós aqui perdemos ou assassinamos, de 2009 a 2013, que dá quatro anos, equivale ao que aconteceu nos Estados Unidos nos últimos 30 anos.

Eu sei das dificuldades e da luta de policiais honestos e de tantos e tantos sérios humanistas que também morreram. Mas uma nossa luta aqui é para diminuir a violência em todo o sentido, contra os civis e contra os policiais. Nós rendemos as nossas homenagens aos policiais assassinados na luta contra o crime.

Muitos fatores se conjugam para desenhar esse quadro assustador, mas a impunidade é, sem sombra de dúvida, o mais forte deles. Policiais que matam civis terão que responder pelo que fizeram. Na maior parte das vezes, isso não acontece. Expediente comum é o registro pelos policiais de um auto de resistência, documento, segundo o qual a pessoa assassinada foi morta porque o outro agiu em legítima defesa. Uma pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro indicou que, em 2005, 98% dos autos de resistência registrados no Rio de Janeiro foram arquivados.

Um caso que beira o absurdo foi a morte de Cláudia Silva Ferreira, baleada em março de 2014 no Morro da Congonha, no Rio de Janeiro. Após ser atingida por um tiro da polícia, Cláudia foi colocada no porta-malas de uma viatura policial e removida do local em que se encontrava. Durante o transporte, seu corpo caiu do automóvel e foi arrastado por mais de 350 metros, além de ser recolocada no veículo. Seis policiais estão sob investigação. Um deles já matou 63 pessoas e registrou 57 atos de resistência. Todos permanecem em liberdade.

Sr. Presidente, não se trata aqui de criticar somente as forças policiais. É evidente que as corporações policiais não são formadas apenas por maus agentes. Eu digo que a maioria dos policiais são sérios, competentes e preparados. Eles não podem permitir que uma minoria desajustada cometa esses crimes. Por isso, existe uma necessidade imperiosa de evolução tanto nos procedimentos policiais quanto na ação da Justiça.

Repito que não queremos um policial morto, ferido, torturado, mas também não queremos, na linha dos direitos humanos, que tantos inocentes, como no caso que citei, sejam também tratados da forma que fira os direitos humanos. Os maus policiais devem ser julgados de modo a coibir o uso indiscriminado da violência contra civis. Não podemos admitir que simplesmente esse quadro assustador continue acontecendo. Tampouco podemos aceitar que criminosos sejam executados por policiais, quando o certo seria, tanto o criminoso como o policial que cometeu o crime serem presos e levados a julgamento.

Ninguém tem o direito de fazer justiça com as próprias mãos. O direito à vida e o devido processo legal devem ser obedecidos. É o mínimo que se espera de uma sociedade democrática.

Sr. Presidente, a Anistia Internacional, em seu relatório, fala também sobre as condições dos presídios brasileiros. Fala da superlotação, insalubridade e violência e que não há a mínima condição de um preso ser recuperado, na situação que estão hoje os presídios brasileiros, onde ocorrem rebeliões, crimes e assassinatos, onde morrem policiais e também presidiários.

Lembramos aqui que no Presídio de Pedrinhas, no Maranhão, 78 presos foram assassinados entre 2013 e 2014, alguns deles decapitados por outros prisioneiros. No início do ano passado, Pedrinhas era um exemplo de superlotação. Abrigava 2.200 presos, quando sua capacidade máxima era de 1.700. O mesmo aconteceu com o complexo prisional de Curado, em Recife, mas em uma escala de violência ainda mais assustadora.

Naquela penitenciária estão amontoados 7 mil detentos, em um espaço projetado para 2 mil. Em janeiro deste ano, uma rebelião em Curado resultou em três mortos e dezenas de feridos, entre eles presos e policiais.

Temos que mudar essa situação, Sr. Presidente.

De 2008 a 2011, foram registradas 55 mortes naquela instituição profissional, um espetáculo dantesco que ensejou denúncias na OEA. Curado é o exemplo de tudo que não deve ter em uma penitenciária.

Em Porto Alegre, lá no meu Rio Grande, o Presídio Central também se encontra superlotado: 4 mil presos ocupam um local com capacidade para apenas 1.800 detentos. Isso tem aumentado as tensões no presídio, uma vez que as mortes só avançam.

Sr. Presidente, o Brasil gastou, no ano passado, R\$4,9 bilhões de reais com o sistema prisional e as unidades socioeducativas. Apesar disso, ainda há um déficit de 220 mil vagas em nossos centros de detenção.

Precisamos, portanto, mudar nossos conceitos e fazer com que, de fato, as prisões sejam um espaço de recuperação e não de conflito permanente onde morrem policiais, onde morrem presidiários. Muitos saem desses presídios como profissionais do crime, e, naturalmente, haverá um enfrentamento nas ruas com a população indefesa, principalmente, e com os próprios policiais, que acabam também morrendo nesse conflito de tanta violência.

Sr. Presidente, termino dizendo que nós todos temos um compromisso por lutar pelos direitos humanos.

A violação de direitos humanos, no Brasil, precisa de fato se tornar exceção e não se manter em uma regra, como nós vimos, em âmbito internacional.

Na condição de Presidente da Comissão de Direitos Humanos, não pouparemos esforços para construir um país em que direitos humanos sejam respeitados, garantindo, assim, uma vida melhor para todos.

Sr. Presidente, só quero fazer aqui um registro. Já falei sobre o tema, e o senhor, inclusive, estava aqui. Trata-se de um pronunciamento sobre o Dia 13 de Maio e a terceirização, quando eu simplifiquei essa luta, com

audiência pública que tivemos ontem, com a presença de mil líderes sindicais de todo o Brasil. Embora não coubessem no espaço, eles se revezaram de forma muito organizada lá no Auditório Petrônio Portela. E aqui eu agradeço à Polícia do Senado, à Segurança do Senado, ao Presidente Renan Calheiros, que disse: “Aqui, no Senado, ninguém será proibido de entrar e participar dos debates.”

Claro que aqui, nas galerias, na terça-feira, não vai haver mil pessoas, porque é impossível. Acho que o limite aqui é 200 pessoas calculo eu, mais ou menos. Mas teremos aqui as galerias todas ocupadas participando desse debate que os Senadores farão com especialistas no tema da terceirização. Lá foi um ato contra a terceirização, um evento provocado pelo Movimento Sindical, pelo Tribunal Superior do Trabalho, pela Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), pelo Procurador-Geral do Trabalho, pelo Fórum Nacional em Defesa dos Trabalhadores e contra a Terceirização, que reúne em torno de 150 entidades, e também, Sr. Presidente, claro, por 90% do movimento sindical.

Mesmo aqueles que pensam diferente, no meu Rio Grande do Sul, por exemplo, os metalúrgicos ligados à Força Sindical têm uma posição radical contrária à terceirização. Estão muito preocupados com que a terceirização invada as fábricas daquele setor metalúrgico na região de Gravataí. Claro que os metalúrgicos dos outros setores todos estão com a mesma posição. Eu diria que há, nesse setor, uma unanimidade contra a terceirização nos moldes que veio da Câmara dos Deputados.

Mas foi importante, Sr. Presidente, que percebi que as centrais sindicais e as entidades não são contra legalizar a situação de 12,5 milhões de terceirizados.

A Secretaria e a Segurança da Câmara me informam que, na galeria, cabem 110 pessoas. Fiquei preocupado porque, lá na Câmara, os líderes dos movimentos sindicais, as associações, enfim, foram proibidos de participar dos debates.

E aqui no Senado será diferente, como foi diferente ontem, pela posição eficaz e competente não só da polícia, mas também do corpo médico do Senado – os chamados médicos volantes que nós temos aqui, uma equipe que trabalha assiduamente, como também os auxiliares –, que estiveram lá, dando toda a segurança para que aquela audiência pública se desenvolvesse em alto nível. Saíram de lá dois representantes, que vão participar aqui do evento da próxima terça-feira.

O Presidente Renan Calheiros esteve lá e também colocou seu ponto de vista. Quero aqui repetir, até numa consideração positiva ao Presidente da Casa o que ele disse, com todas as palavras: ele disse que é contra a atividade-fim, mas que não é contra que se legalize a situação dos 12,5 milhões de trabalhadores terceirizados que, praticamente, não têm os direitos que têm os outros trabalhadores. Tanto que os dados são assustadores: eles recebem 30% a menos dos chamados titulares da empresa matriz ou empresa mãe, como muitos dizem; a cada cinco mortes nessas empresas, quatro são de terceirizados; a cada dez acidentes, oito são de empresas terceirizados. De fato, a situação tem que ser modificada.

Por fim, Sr. Presidente – e aí eu cumprimento V. Ex^a, oxalá vou estar no seu Estado! –, a última decisão foi que a Comissão de Direitos Humanos e o Fórum de Defesa dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas, que reúne 90% do movimento sindical brasileiro, eu diria, ou dos líderes do movimento sindical brasileiro – porque a base pensa diferente –, façam, no mínimo, uma audiência em cada Estado, para que a gente discuta tanto o PL da Terceirização como o direito dos trabalhadores, aposentados e pensionistas, que está acontecendo hoje no País.

Nós, então, nos comprometemos, e eu me botei à disposição, a ir a todos os Estados e ao DF para participarmos, de preferência na Assembleia Legislativa, do debate deste tema: terceirização e direito dos trabalhadores e dos aposentados e pensionistas. Esse é um tema amplo, e serão convidados aqueles que pensam a favor e pensam diferente, para que a gente possa ouvi-los. Na Comissão de Direitos Humanos, eu tive a alegria, e os pares concordaram, de avocar para mim a relatoria desse projeto, que faz parte da minha vida. Esse traçado eu comecei desde 1979, como sindicalista. Em 1979, eu entrei na vida sindical, sempre cuidando para que não houvesse a terceirização na atividade-fim.

Enfim, aqui, como relator, eu buscarei subsídio em todos os Estados, para que, no momento em que entendermos que deva ser votado... E o Senador Renan Calheiros disse, também, com todas as letras: “Nós não temos pressa.” Esse projeto ficou 11 anos na Câmara. Então, que fique aqui – repito as palavras dele – um terço, que fique a metade do tempo, vai permitir que a gente construa um projeto embasado em um grande debate em nível nacional. E, com isso – oxalá! –, se a gente construir o entendimento de legalizar a situação desses 12,5 milhões, o projeto poderá ser votado até em caráter de urgência, urgentíssima, porque a situação deles é diferente dos outros 40 milhões que têm carteira assinada, que não querem a terceirização. Eles não querem para eles a terceirização, querem continuar celetistas, querem continuar amando sua empresa, seu trabalho, suas origens, suas raízes, porque ali passa de pai para filho.

Eu me lembro aqui da minha empresa, Presidente – e aí vou terminar. Eu pertencço ao Grupo Tramontina, sou até hoje funcionário da empresa Forjasul, lá no meu Rio Grande. Hoje estou no Senado da República, e os trabalhadores da empresa têm orgulho disso e eu tenho orgulho de dizer que a minha carteira é assinada lá.

Perguntaram-me, quando eu saí de lá, se eu entraria com alguma ação na Justiça, Sr. Presidente, Senador José Medeiros, e eu disse que não, que não colocaria ação alguma na Justiça. Porque eu estava lá, presidi, inclusive, a Cipa durante o período em que estive lá e, depois, fui para o sindicato. Então, eu conhecia as leis, sabia o que estava fazendo e sabia o que estava recebendo.

Então, quero dizer que isso é orgulho. Porque quem tem direito tem que botar mesmo. Mas eu sempre entendi e peguei um carinho pela empresa que eu trabalhava, tanto a Forjasul como o Grupo Tramontina.

O Grupo Tramontina é uma empresa genuinamente gaúcha, tem um trabalho, no meu entendimento – visito a empresa do Grupo Tramontina –, que pode ser exemplo para muitas outras. E lá, Sr. Presidente, os trabalhadores são celetistas. Tenho certeza, porque o Grupo Tramontina, onde eu tanto trabalhei – é claro que eu não falo pelo grupo, pelo menos eu penso assim –, é um exemplo tem que ser seguido, assim como o do Hospital Sarah. Eu estive no Hospital Sarah, e me disseram: “Não, Paim, aqui não há terceirizados, não. Nós achamos que a terceirização não pode ser dessa forma, então, nós contratamos celetistas, e pronto.” E assim também é no grupo que fui funcionário durante tanto tempo.

São dois exemplos positivos. Acho que não dá para terceirizar atividade-fim. É diferente legalizar a situação dos terceirizados, garantir a responsabilidade solidária, que eles tenham os mesmos direitos que os outros trabalhadores, os que hoje estão terceirizados, que seja respeitada a Constituição, que sejam asseguradas a eles tanto a CLT como a Constituição, além do direito de se associarem ao sindicato matriz e de participarem dos cursos de segurança interna. Eu acho até que eles têm que participar da Cipa. Por que não haver representantes dos terceirizados, que são hoje terceirizados, participando da Cipa? Quero dizer que o movimento sindical comunga dessa minha posição.

Nesse evento de mais de mil integrantes do movimento sindical, recebi um documento, Sr. Presidente, Senador José Medeiros, do Fórum Nacional contra esse PL da terceirização e recebi outro assinado por 99% das centrais, ou por 90% de líderes de centrais que regulamentam a terceirização em outro projeto, e não nesse. Eles acham que esse deveria ser rejeitado e que o Senado, na sua competência, na sua sabedoria, deveria apresentar um projeto de terceirização e remetê-lo para apreciação da Câmara dos Deputados, garantindo estes quatro eixos: todo o esquema de segurança no trabalho – higiene e segurança no trabalho têm que ser garantidas a eles, mesmo na empresa matriz –; responsabilidade solidária; CLT; participar da Cipa e ter o sindicato da empresa matriz.

Pelo menos com esses eixos básicos, que poderão ser alterados – é claro –, nós estaríamos construindo um novo momento, valorizando aqueles que fazem a limpeza, aqueles que são vigilantes, aqueles que, por exemplo, trabalham em *call centers* – há muito *call center* que é terceirizado –, enfim, aqueles setores para os quais, hoje, a súmula vinculante do tribunal já garante isso.

Reafirmo a frase, Sr. Presidente, que li aqui ontem – não vou ler hoje, naturalmente –, no documento assinado pelos Ministros do TST. Se não me engano, vinte e poucos Ministros assinaram, todos dizendo que esse projeto não poderá ser aprovado aqui no Senado. E eles fazem uma explicação, item por item, por que são contra esse projeto, mas não são contra que se legalize, em outro projeto, a situação dos terceirizados.

Sr. Presidente, V. Ex^a acompanhou porque é um vigilante permanente aqui dos direitos dos trabalhadores – eu vi sua posição esses dias. Quero fazer um elogio a V. Ex^a, que disse: “Não, como está não é possível. Mas também não é para demonizar a situação dos terceirizados, porque os terceirizados precisam ter os seus direitos assegurados.” O senhor foi corajoso e fez com que muita gente refletisse, inclusive este Senador. Depois eu vi, inclusive, que outros setores pensam exatamente como V. Ex^a. Uma coisa é querer terceirizar a atividade-fim; outra coisa é melhorar a vida dos que hoje estão terceirizados.

Mas eu só vou dizer uma frase, que trata de outro assunto. Vou dizer a frase num minuto – V. Ex^a pode marcar. Eu fiquei muito feliz com a decisão da Câmara de acabar com o fator previdenciário. Esta Casa já decidiu por duas vezes.

Quando estive no hospital, há pouco tempo, operado, eu, lá no leito do hospital, vendo o que estava acontecendo na Câmara, dizia: “meu Deus, eu tinha prometido a mim mesmo que não morreria sem ajudar a acabar com esse fator previdenciário”. Parece que Deus ajudou, a energia do universo conspirou, entrou nessa MP e agora o Senado deve referendar, porque já se posicionou contra o fator por duas vezes – inclusive foi um projeto de minha autoria, aprovado oito anos atrás.

Enfim, que tudo dê certo. Que possamos mudar esse conceito do fator, que é um projeto que só reduz o salário da mulher em 50% no ato da aposentadoria e do homem em torno de 40%, e aplicar para o regime geral a mesma fórmula que é aplicada aos servidores, que é aquela fórmula que V. Ex^a conhece.

Quando falamos em 85, 95, alguém diz: “O quê, mas vai se aposentar agora com 85?” Não tem nada a ver, pessoal. Com o fator, a mulher, para se aposentar com salário integral, tem que ter 67 anos. Com a fórmula 85, ela terá 55, que é a idade mais 30 anos de contribuição – é um ganho de 12 anos, no mínimo. Para o homem, são 60 anos mais 35 – soma os dois, dá 95. Vai se aposentar com que idade o homem? Com 60 ou até com 59, porque, se ele contribuir mais, se ele chegar a 36, vai se aposentar com 59. A soma dos dois é que dá 95.

É um projeto que já havia sido acordado, inclusive, à época, com o Presidente Lula e com as centrais. Mas houve, infelizmente, uma central que foi contra, aí o Lula disse: “Olha, se não há acordo entre vocês, tudo bem, vou ser contra”. Mas avançou, hoje é unanimidade junto ao movimento sindical brasileiro que essa emenda da Câmara, apresentada pelo Arnaldo Faria de Sá... Nós apresentamos aqui a mesma emenda, a mesma emenda. Eu falei muito com o Arnaldo Faria de Sá. Nós tínhamos um cálculo e a diferença seria de mais de 50 votos. Não foi de 50, ficou próximo a 30, mas assim mesmo ganhamos – claro. Mas o nosso cálculo era de que teríamos 50 votos a mais.

Aqui no Senado, entendo que deverá ser por unanimidade. Não haverá votação nominal, não há interesse em ninguém ficar dizendo que um ou outro votou contra. Será por unanimidade, como foram as outras duas, Sr. Presidente. Quero fazer um elogio, inclusive, à oposição. A oposição aqui no Senado sempre votou contra o fator, e a base do Governo também votou. Nas duas vezes que nós votamos aqui foi unânime, não houve um Senador que tivesse votado favorável ao fator previdenciário. Como disse o Senador Renan Calheiros, essa questão deve se repetir – o Senado já decidiu por duas vezes.

Eu tive a felicidade de ser um dos autores desse projeto que acaba com o fator. A emenda que o Arnaldo aprovou... Meus cumprimentos ao Arnaldo. Aqui não é uma disputa político-partidária – o Arnaldo é um homem de oposição, não é um homem de situação, não. Meus cumprimentos ao Arnaldo Faria de Sá pela sua emenda, que chega aqui idêntica à nossa. Alguém diria: “Ah, mas como faz, e a tua emenda?” A minha emenda vai ficar de lado. Quem aprovou primeiro foi a outra Casa, a nossa Casa agora tem que referendar, e eu me sentirei contemplado, como se a nossa emenda do Senado houvesse sido aprovada, porque é a mesma emenda.

E claro que faço um apelo à Presidente Dilma – já fiz ontem – para que ela não vete. Não vete, porque, Presidenta, minha querida Presidenta – permita-me que assim eu me dirija a Vossa Excelência –, isso foi compromisso de campanha.

Vou pegar só o segundo turno, do candidato da oposição, Aécio Neves, que é Senador, compromisso de campanha de combater o fator previdenciário e também de Vossa Excelência, numa reunião, inclusive ambos, numa plenária do movimento sindical que foi para a TV para todo o Brasil. E Vossa Excelência sabe – não é, Presidenta? – que, embora tenha nascido em Minas, teve a sua vida pública no meu Rio Grande, que lá a palavra dada, empenhada, não tem como mudar. Sinceramente, Presidenta, eu não gostaria de trabalhar muito para derrubar esse veto. É com o coração machucado que farei, mas farei. Farei de tudo, mas farei de tudo mesmo, nem que eu tenha que acampar dentro do Congresso, caso o veto aconteça. Por isso, Presidenta, de coração e de alma, de alguém que sempre lhe quis muito bem, de alguém que conhece Vossa Excelência há 30 anos: por favor, não vete o projeto que unifica o Brasil!

Há duas questões, para mim, hoje, que, se fizer qualquer pesquisa junho à população brasileira, que são unanimidade: a terceirização como está aprovada na Câmara aqui não pode passar; e também o projeto do fator previdenciário, que é hora de ele cair. Ele fez todas as maldades possíveis que podíamos imaginar. Foram feitas, porque, na época, entendiam alguns setores – embora nós não – que assim deveria ser. Mas, agora, creio, e creio mesmo, que vai prevalecer no Congresso a voz rouca das ruas, como dizia Ulysses Guimarães.

Não ao fator previdenciário!

Não à terceirização como a Câmara aprovou!

Era isso.

Obrigado, Presidente.

É com satisfação que assumo a Presidência, para que V. Ex^a venha à tribuna.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Senador Paim, V. Ex^a, como sempre, trazendo debates de alto nível para esta tribuna, que engrandecem esta Casa e, com certeza, deixa os brasileiros, principalmente os rio-grandenses, os gaúchos, muito contentes de saber que têm um Parlamentar aqui que os representa à altura.

Esse tema da terceirização, que V. Ex^a tem se preocupado em debater, em discutir, que é da maior importância para a vida do trabalhador brasileiro, tem gerado debates acalorados em todos os lugares. Estive em São Paulo recentemente, fui comprar umas camisas, e o rapaz que estava me vendendo, o vendedor da loja, não sabia que eu era Parlamentar, e estava preocupado e discutindo a fundo o tema da terceirização. Noto que existe esta preocupação.

É uma pena que tenhamos que fazer esse debate nacional, porque, na verdade, ele não teria que estar acontecendo. E repiso aqui um tema que tenho dito, Senador Paim. Nós precisamos ter uma fiscalização mais eficaz no Brasil. Nós estamos tendo um problema com uma parte do seguro-defeso agora, para o que se está fazendo uma medida provisória; com uma parte do seguro desemprego, que não era para estar...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não precisava nem de MPs, V. Exª tem razão. Era só aumentar a fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Exatamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ninguém quer malandragem, sacanagem e corrupção.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Então concordo plenamente com V. Exª. Não faz sentido que nós dois trabalhemos, por exemplo, numa mesma empresa, façamos a mesma atividade, que eu seja de uma empresa terceirizada e V. Exª, um celetista da empresa, e que exista disparidade em termos de tratamento, de salário ou de condições de segurança. Não faz sentido, não cabe na lógica. E penso que isso se resolveria com uma boa fiscalização. Mas não houve, e o debate chegou aqui. E já me coloco à disposição de V. Exª, quero participar desses debates, porque nós precisamos sair, fazer desse limão uma limonada. Deixar a situação melhor do que está.

Parabéns por ter levantado o tema relevante dos direitos humanos e principalmente dessas pessoas que estão presas no Irã. Aqui a gente fala bastante sobre a relação em questão de direitos humanos com a Venezuela, mas existem inúmeros países sobre os quais nós temos nos pronunciar também. O Brasil é um grande ator no cenário internacional e nós temos que nos posicionar. Eu, por exemplo, estou estarrecido com o que está acontecendo na Coreia do Norte. Estou lendo e fico pensando: não dá para acreditar que essas barbáries que a gente lê nos livros que aconteciam na época de Gengis Khan, de Nero, estejam acontecendo agora em plena época da revolução tecnológica.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um retrocesso dos direitos humanos em nível internacional, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Retrocesso terrível. Meus parabéns.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu não esperava outra posição de V. Exª, até porque V. Exª é um jovem Senador. E me diziam o seguinte: Paim, te prepara, porque no Senado agora vai chegar uma turma que é contra direitos humanos, que é contra trabalhador, que é contra aposentado. Graças a Deus quem disse isso se enganou. V. Exª é um exemplo disso, de homem comprometido com direitos humanos e com a melhoria da qualidade de vida do nosso povo, com equilíbrio, com tranquilidade.

E eu repito o que eu disse antes, no momento duro de uma audiência pública. O Plenário só dizia: “Não, não, derrube, derrube esse projeto, Paim. Vamos lá, vamos lá.” E palmas e palmas.

V. Exª, com aquela tranquilidade de sempre, não dá para só dizer que terceirização é o demônio. Tem um setor que é terceirizado, e nós temos que melhorar a vida deles. E foi nessa linha que nós encaminhamos depois o resto da audiência. E todos entenderam, tanto que eu recebi um substitutivo elaborado pelo movimento sindical que vai na linha do que V. Exª ponderou lá.

Parabéns a V. Exª.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– Documento da comunidade Bahá'í encaminhado à Comissão de Direitos Humanos.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

PUBLICAR NA ÍNTEGRA

Sr. Presidente,

Direitos humanos não têm fronteira, e há homens e mulheres que dão a sua vida na defesa dos direitos humanos; eu tento caminhar nessa seara porque, para mim, direitos humanos estão em primeiro lugar.

Os ataques contra a comunidade Bahá'í no Irã representam um dos mais claros casos de perseguição e de ataque aos direitos humanos atualmente no conturbado mundo em que vivemos.

Em pleno século XXI, é trágico tentar visualizar o impacto danoso e prejudicial que tal perseguição tem sobre a vida de milhares de indivíduos, homens e mulheres, crianças, jovens, adultos e idosos.

São numerosos os casos de bahá'ís que foram expulsos de universidades e de outros setores do ensino superior. E mais numeroso é o número de jovens bahá'ís a que tem sido negado o direito de matrícula em universidade virtualmente, porque têm uma visão diferenciada em relação àqueles que pensam na visão do Estado.

Existem situações que desafiam o nosso legado maior, o legado que diz que pertencemos a uma mesma espécie humana. A humanidade é uma só.

O escritor brasileiro Érico Veríssimo, do Rio Grande do Sul como eu, também registra o sabor do Vinho Seletto de Bahá'u'lláh. Escreveu Érico Veríssimo: "Gostaria de caminhar sem pressa por suas ruas e subir um dia, à hora do poente, os degraus de mármore que, por entre solenes ciprestes, me levariam até a porta do templo *Bahá'í*, e talvez à salvação espiritual."

Sr. Presidente, há exatos sete longos anos, nem um dia a mais, nem um dia a menos, que os 7 líderes bahá'ís foram encarcerados no Irã e desde então vêm seus direitos humanos fundamentais negados.

Essas sete lideranças *bahá'ís*, conhecidos mundialmente pelo nome Yarán, palavra em persa para "amigos", encontram-se portanto confinados na terrível prisão de Evin, em Teerã, desde 14 de maio de 2008.

A prisão desses *bahá'ís*, conhecidos como Yarán, tem recebido imensa repercussão internacional, com dezenas de governos e parlamentos nacionais, além de intelectuais em geral, se pronunciando em defesa dos Yarán e exigindo a imediata cessação da violação dos direitos humanos dessas pessoas inocentes, ora confinadas em prisão.

O crime dos bahá'ís há sete anos presos? Professar uma religião que acredita que Deus é um só, a humanidade uma só.

Que mal há nisso?

Vale destacar que a comunidade *bahá'í* mundial tem membros de mais de 2,1 mil raças e etnias. Seus textos sagrados estão traduzidos em cerca de 570 idiomas e dialetos.

E é uma comunidade ativa na promoção dos direitos da mulher, na preservação do meio ambiente do Planeta, no respeito a diferentes formas de conexão com o sagrado. Por isso, além de respeitar, apreciam, sinceramente, a beleza das diversas religiões mundiais da humanidade, desde o hinduísmo ao budismo, do judaísmo ao cristianismo, do zoroastrismo ao islamismo, e todas as percepções legítimas que emergem dos cultos, inclusive, – aqui digo eu; o inclusive é meu – de matriz africana, que também são muitos discriminados no Brasil e no mundo.

Assim, me associo nesta data a todas as pessoas de boa vontade na luta pela imediata cessação de toda forma de intolerância religiosa e no legítimo anseio de que aos bahá'ís lhes seja restituída de imediato a sua sonhada e merecida liberdade.

Liberdade de ser, liberdade de crer, liberdade para ir e vir, liberdade para continuar trabalhando por um mundo fraterno, pacífico, tolerante e que tenha real apreço pela bela diversidade humana.

Muito obrigado.

Two handwritten signatures in black ink. The signature on the left is a stylized, cursive 'B'. The signature on the right is more complex, with a long horizontal stroke at the end.

O Sr. José Medeiros deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com a palavra o Senador José Medeiros, que está inscrito como Líder, mas também como orador inscrito.

Não importa, V. Ex^a falará como Líder pelo tempo necessário ao seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Paim.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a todos que nos assistem aqui na Casa, que nos acompanham pelos mais diversos meios de mídia disponíveis.

Sr. Presidente, ontem eu fiz um pronunciamento aqui na Casa, falando sobre a condição em que o Brasil está neste momento que nós estamos tratando, falando de ajustes, falando de tornar a nossa economia mais forte, falando de desenvolvimento. É o que está em pauta.

Existe uma preocupação forte de que o Brasil perca as suas posições no cenário econômico internacional. Já se fala que parece que a Índia está nos ultrapassando e já existem outros na nossa cola, cenário que há poucos dias não nos parecia que aconteceria. E justamente ontem eu falava sobre as variáveis que levaram ao resultado dessa equação e que nos colocam em momentos de dificuldade.

Todos têm falado que foram erros econômicos cometidos pelo Governo, foram rumos que não deveriam ter sido tomados e que estaríamos aqui, agora, com esse rombo nas contas.

É verdade, todos os economistas são unânimes em dizer que algumas atitudes, algumas condutas não deveriam ter sido tomadas. Mas eu coloquei mais um ingrediente nesse guisado, que é a questão da dívida pública, e fiz o pronunciamento ontem justamente sobre nesse tema, nessa linha.

Há poucos dias, conversei com uma especialista que inclusive foi funcionária, por muitos anos, da Receita Federal brasileira, uma auditora, a Dr^a Lúcia, que trabalhou na CPI da dívida pública e que recentemente foi chamada para assessorar e fazer uma auditoria na dívida pública do Equador. E pasmem, ela conseguiu. Uma brasileira, Senador Paim, conseguiu ajudar o Equador a diminuir em mais de 50% a sua dívida pública, a sua dívida externa com o segmento financeiro internacional. E eu fiquei pensando: por que não aproveitarmos esses talentos aqui, não é verdade?

Já tivemos aqui uma CPI. Com certeza o Senador Paim, que está aqui há muito tempo, acompanhou aquela discussão. E ali foi diagnosticado que muito do que devemos não devemos, Senador Paim. Parte da nossa dívida foi prescrita, parte dos acordos daquelas dívidas não foi convalidada por esta Casa. E não estou falando do Governo recente; estou falando de governo desde a década de 1970, quando as nossas dívidas foram acontecendo. Esses organismos internacionais, e mesmo os nacionais, do setor financeiro têm uma influência imensa sobre os governos, e os governos, em momentos de dificuldades, para se salvar, acabam fazendo acordos que são perniciosos e que foram, ao longo do tempo, fazendo um estoque de dívida que na verdade é o grande câncer que neste momento carcome a vida do Brasil.

Temos problemas na nossa economia recente? Temos. Temos um rombo aí, e só neste ano precisamos fazer um caixa em torno de 80 bilhões. Mas é bem verdade, quando a gente olha, Senador Paim, que só de juros nós estamos pagando 168 bilhões e que, mesmo ao pagar esses 168 bilhões, o estoque da dívida ainda cresce... Não dá para conceber que continuemos nessa mesma linha. Precisamos começar a falar sobre isso e discutir, trazendo especialistas, conversando, porque não é possível. Nem o agiota mais voraz do mercado, ao receber os juros do cliente, aumenta o estoque da dívida. Não acontece isso. E é essa grande ferrugem que corrói as estruturas econômicas brasileiras que causa os grandes males por que estamos passando. Nós estamos com inúmeras dificuldades na educação, por exemplo.

Está para chegar a Brasília uma marcha de prefeitos de todo o Brasil buscando salvar suas prefeituras, salvar seus Municípios. A grande maioria deles esteve aqui, nesta semana, dizendo que não está conseguindo pagar o piso dos professores. Estão usando o dinheiro do Fundeb praticamente para pagar o salário dos professores; de outra parte, os professores têm reclamado que boa parte das prefeituras não está pagando, não está conseguindo. Essa que é a verdade! Nós temos os Municípios já quebrados, falidos, os Estados com imensa dificuldade e, ao mesmo tempo, a gente paga 168 bilhões só de juros.

Há pouco tempo, eu me lembro que um Presidente, em rede nacional, disse: “Nós não devemos mais nada. Pagamos a dívida externa. Não devamos mais nada ao FMI. Antecipamos o que devíamos.” E todo o mundo: “Olha, que bacana, que maravilha!” O que não foi falado à população brasileira é que naquela antecipação da dívida nós pagamos um ágio de 30%. Eu nunca vi ninguém antecipar um pagamento e ainda pagar um ágio. Mas, mesmo que tivesse sido com desconto, aquilo ali representava quantidade ínfima do que devemos. Hoje, de nossa dívida, fala-se de trilhões.

Pois bem, com toda essa ferrugem nas contas públicas, isso nas três esferas de governo, Municípios, Estados e União, nós temos problemas nas principais áreas: segurança pública, educação e saúde.

Por falar em segurança pública, nesta semana saíram os dados da mortalidade no País. Só por armas de fogo morreram mais de 40 mil pessoas, isso sem falar nos outros tipos de morte.

Nós temos um sistema, Sr. Presidente, que parece um ciclo vicioso, porque não tem fim e não pesa a favor da população brasileira. Na segurança, por exemplo, nós temos uma democracia perversa. Veja bem, quem tem poder aquisitivo melhor, quando a saúde não está boa, dá um jeito de gastar mais e paga fora. Ele vai para o Sírío Libanês, vai para o Einstein, vai para as ilhas de exceção que há no País, as ilhas de qualidade, e consegue fugir. Então, parte da população ainda consegue se safar.

Quanto à educação, parte da população, já a partir da classe média, manda os seus filhos para as melhores escolas. E também existem essas ilhas de exceção. Então, parte da população também consegue ter uma melhor prestação de serviço, porque paga para isso.

É por isso que eu digo que a democracia na segurança pública é perversa. Ela é uma isonomia total e perversa. Do porteiro da empresa ao presidente, ela é igual para todo mundo, mas é igual por baixo, porque estão todos sujeitos, em um dado momento, a sofrer um sequestro, a ser assaltados. Isso acontece todos os dias nas ruas brasileiras.

V. Exª fez um discurso muito feliz hoje, justamente falando sobre a violência e os direitos humanos. E nós aqui, no Senado Federal brasileiro, precisamos falar sobre esses temas e falar muito. E quero falar sobre um tema aqui, Senador Paim, é justamente sobre a relação que nós temos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Medeiros, só para deixar clara a minha posição, porque às vezes o pessoal diz: “Por que você não fala?” Não tem problema algum, para mim pode ser na Venezuela, na Bolívia, no Chile, no Brasil. Eu serei sempre defensor dos direitos humanos. Que fique bem claro. V. Exª tem falado desse tema, e eu até ia fazer um aparte a V. Exª esses dias para dizer que, se feriu direitos humanos, eu não quero saber se é comunista, socialista, capitalista ou se não tem opção alguma. Eu estarei sempre do lado daqueles que defendem os direitos humanos.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Correto, Senador Paim. Eu acho que está bem clara para todo mundo a posição coerente que V. Exª sempre adotou nesta Casa. Eu vejo a sua atuação parlamentar, e isso é sem confete algum. V. Exª não tem sido situação nem oposição, tem sido nação, tem sido povo brasileiro. E é isso que se espera de um Parlamentar. É essa postura que, para mim que estou chegando, serve de exemplo e quero seguir.

Senador Paim, é justamente dentro desse raciocínio que eu queria tocar num ponto do qual às vezes não se fala. Falamos muito em segurança pública, mas, às vezes, não passamos da retórica. O Brasil não tem um plano direcionado de segurança pública, nós não temos um rumo acerca do que queremos da segurança Pública.

Vou citar, por exemplo, o caso do combate às drogas. O País não decidiu ainda se vai reprimir, se vai prevenir, o que vai fazer e nós, nesse meio tempo, não temos feito de forma eficaz nem uma coisa nem outra. Nós temos uma faixa de fronteira muito extensa e nós não temos um plano. Vamos combater as drogas na fronteira? Vamos combater essas drogas no atacado? Nós não temos bem claro isso. O País não fez essa opção ainda: prende, aqui, um pouco de droga; se publica isso ali: “Ah, foi feita essa apreensão.” Ao mesmo tempo, você vê todos os recursos sendo destinados a combater isso nos grandes centros, no varejo, no pequeno, e isso é contraproducente, porque se torna caríssimo.

São Paulo, Rio Grande do Sul, Brasília, Rio de Janeiro, esses grandes centros não produzem cocaína, não produzem maconha. Isso vem de fora, e nós não temos um plano, porque se nós tivéssemos um plano de segurança pública, um plano com rumos, com metas, nós teríamos, inclusive, um outro relacionamento com a polícia brasileira, porque é um dos atores. A polícia é um dos atores principais nesse filme da segurança pública.

Veja bem, Senador Paim, em filmes norte-americanos, em filmes japoneses, o herói é o policial e as pessoas torcem pelo policial. Aqui, a grande maioria torce pelo bandido.

Por anos, a sociedade brasileira começou a construir uma relação com a polícia que é um jogo de perder-perde e deveria ser de ganha-ganha.

A grande verdade é que o cidadão não gosta de polícia. Não gosta da polícia. Por outro lado, não se vê nenhuma ação para que isso mude, porque, veja bem, eu vou dar o exemplo da Polícia Militar, Senador Paim.

Quando acontece algo, a primeira coisa de que o cidadão se lembra é do telefone 190, mas, ao mesmo tempo, vamos analisar bem, vamos pegar o soldado x, por exemplo. Não vou dar nomes, aqui. Vamos colocar um soldado hipotético. Ele tem toda uma hierarquia, uma cadeia de comando – e eu tenho minhas dificuldades, sim, em entender que se precise dessa cadeia militar toda em cima de um profissional de segurança pública –, ele tem toda aquela cadeia repressora acima dele. Ele ganha um salário pequeno, muito pequeno, e ele vai enfrentar a criminalidade.

A vida desse soldado é a mais eclética possível: às vezes, ele está dando segurança nas penitenciárias; outra hora, ele está no trânsito; outra hora, ele está em tiroteios, e são cargas horárias pesadíssimas nas escalas desses soldados.

Então, não é fácil a vida do policial brasileiro que está na ponta. Pois bem, e ele sofre, além da carga de trabalho, com o pequeno salário e ainda com aquela hierarquia pesada porque os RDPMs, esses regulamentos disciplinares da Polícia Militar por todo o Brasil são do tempo do onça, eles são da época, de um período difícil da nossa história, Senador Paim. E aí é esse cidadão, com toda essa carga, que vem nos dar segurança.

Mas ainda há mais uma coisa: ele não tem o abraço da população, ele não tem o apoio da sociedade, ele é uma pessoa de quem quase todo mundo quer distância. Eu não vejo pai nenhum festejando que a filha está casando com um soldado. Se for com um coronel, tudo bem; se for com um tenente, tudo bem. Mas, ao mesmo tempo em que nós enxotamos esse cidadão, em que não gostamos desse cidadão, é ele que vai nos prestar segurança, no momento de dificuldade é a ele que recorremos. E eu vejo que a sociedade inteira reclama da truculência, às vezes, da forma que é tratada, mas veja bem, isso é uma mão dupla; não tem como eu exigir tratamento benevolente de V. Ex^a, Senador Paim, se eu o trato mal, se a nossa relação não é boa, se a nossa relação é conflituosa.

Então, eu acho que um dos pontos primordiais para que a gente possa começar a ter uma segurança pública é melhorar a relação entre a sociedade e a Polícia, e, para que isso melhore, primeiro é preciso que o Estado tome essa frente, tome as rédeas disso e possa primeiro capacitar bem os nossos policiais; segundo, dar condições para que esse policial exerça bem. E que condições são essas? Primeiro, proteção a eles. E eu digo proteção, Senador Paim, dando os melhores equipamentos. Nós gastamos muito. Com o tanto que nós gastamos, se nós pegarmos esses balanços, esses orçamentos e vermos o quanto que gastamos com segurança pública, dava para os nossos policiais terem uma segurança e terem os melhores equipamentos.

Mas, pasmem, Senador Paim! Nesta semana, no dia 10, um policial, atendendo um acidente, tentou afastar os curiosos dali. Um dos curiosos estava armado e deu três ou quatro tiros nele. Esse policial não era para ter morrido, ele estava com um colete à prova de balas. No entanto, um colete à prova de balas, certificado para barrar até tiros de pistola ponto 40, um simples tiro de 38 transfixou esse colete, e o policial morreu.

Então, veja bem, aí a gente começa a pensar sobre toda a estrutura. As nossas viaturas não são viaturas, elas são uns carros pintadinhos, carros normais pintadinhos, bonitinhos, bem plotados. Contrata-se a Rotan e faz-se ali um giroflex bem bonito com aquelas luzes todas, e pronto: isso é uma viatura; eu pego na concessionária, pinto e pronto! Em outros países que se preocupam mais com segurança pública, essas viaturas já saem prontas, adequadas ao trabalho; existe uma preocupação direta. Aqui, a preocupação vai até a licitação: licitou, mandou trabalhar e tal. Então, nós começamos a ter todos esses problemas já na proteção do policial.

Segundo lugar: a preocupação com a sanidade policial. Isso é uma preocupação que devemos ter. Porque, veja bem, existe um juiz amigo meu que diz que não existe indivíduo algum que consegue ter resistência contra o Estado. A força do Estado é descomunal. Existe até um ditado muito usado na caserna: "Contra a força, não há resistência."

Pois bem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador José Medeiros, permita-me só uma contribuiçõzinha, porque eu gosto muito da discussão de V. Ex^a: V. Ex^a constrói aqui esse equilíbrio. Eu li, aí, o relatório da Anistia Internacional, fiz comentários no meio, olhando para os dois lados: do preso, mas, também, do policial. E V. Ex^a vai para a tribuna agora reconhecendo que temos que melhorar todo o sistema carcerário, mas enfatiza que os policiais estão morrendo e eles têm que ter estrutura, têm que ter salário decente até para defender as nossas vidas, que é o papel deles. Então, eu queria me somar ao seu pronunciamento de que os policiais brasileiros ganham um salário muito vergonhoso na maioria dos Estados, de que não têm equipamento de segurança – não é? – e de que, às vezes, são assassinados de forma covarde por um bandido. Então, V. Ex^a está fazendo esse equilíbrio respeitando as duas posições: nós temos que melhorar o sistema carcerário, mas temos que valorizar o nosso policial. Então, meus cumprimentos, e eu assino embaixo no seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Muito obrigado pelo aparte, Senador Paim.

Senador Paim, eu estava falando, aqui, justamente sobre a sanidade policial, porque, diante de tudo, até agora, falamos de estrutura, sobre a questão da estrutura. Mas também temos esse lado humano: ele não se sente aceito, não se sente abraçado pela sociedade. E o baixo salário, todo o estresse, mesmo, que a própria profissão lhe causa, acaba causando um problema mental, mesmo. E eu não estou falando que o policial, porque, no Brasil... Existe um médico amigo meu que diz o seguinte: o brasileiro admite sofrer de tudo: de gripe, de coração, de qualquer outro tipo de doença, mas ele não admite que o cérebro é um órgão também e que,

por vezes, ele vai ter dificuldade, ele precisa ter um apoio psicológico, ele precisa ir no psiquiatra e tal. E eu não vejo essa preocupação com a sanidade policial no Brasil, Senador Paim. Essa é uma das principais preocupações. Dentro dessa linha de raciocínio, um juiz me disse o seguinte: “a ponta, a vide na ponta dessa lança do poder do Estado é a polícia”, diz ele: “eu sou um juiz, mas o meu poder é prolatar uma sentença e dizer cumpra-se, mas o momento em que ela se cumpre, o momento da maior e mais clara manifestação do Estado é quando a polícia chega”.

Vemos isso aqui, quando ouvimos grandes personalidades percebemos que eles respondem bem, eles vivem bem respondendo. No meu Estado, por exemplo, um político respondia a mais de 100 processos e conviviam bem com aquilo.

No entanto, o momento assustador, em que se manifesta concretamente a força do Estado é o momento em que a Polícia chega, é o momento em que chega o aparato policial e, com aquelas duas pulseiras, falam: “o senhor está preso”. Esse momento é impactante. E quem faz isso todos os dias por aí? É a polícia. E não é um momento bacana, não é um momento de comemoração. Aquilo impacta também no policial. Todos os dias existem momentos de conflito e isso vai adoecendo a pessoa.

Senador Paim, lembro-me de quando começou aquela reforma da segurança pública em Nova York – porque lá estava dez vezes pior que no Brasil –, isso há uns vinte anos, um momento difícil da vida norte-americana. Todo mundo dizia que Nova York era um caso perdido. Pois bem, veio o prefeito Rudolph Giuliani e começou um plano de segurança pública. Realmente um plano. Estudaram a situação para verem o que estava acontecendo, perceberam que a polícia estava desequipada, não tinha equipamentos. Então: “vamos comprar os melhores equipamentos”. Equiparam a polícia de Nova York. As melhores viaturas, os melhores armamentos, os melhores equipamentos de proteção individual. Imaginaram que tivesse tudo resolvido. Não, não estava. Continuaram não produzindo efeitos, os índices de criminalidade não baixavam. Como pode? Estavam reclamando das condições de trabalho! Bem, resolveram aumentar os salários. Aumentaram os salários. Então, eles tinham policiais ganhando bem, com os melhores equipamentos, mas os índices não melhoravam, Senador Paim. Então o que estava acontecendo? Montaram uma equipe multidisciplinar para ver o que estava acontecendo. Descobriram justamente que faltava tratar da sanidade policial, tratar a cabeça do policial mesmo, porque o trabalho é extremamente estafante, extremamente estressante.

E descobriram ali a chamada Síndrome de Burnout. O que é isso? É aquele estresse crônico. Não o estresse provocado: “Ah, ficou estressado neste momento”, não, é o pouquinho do dia a dia, é o chamado estresse “tiquinho”, é o “tiquinho” do dia a dia, e aquilo vai impactando. E o que acontecia? Em alguns casos, gerava alta irritabilidade no policial; em outros, ele ia perdendo o estímulo de trabalhar, Senador Paim, ficava desestimulado. Então, tinham os melhores equipamentos, tinham os melhores salários, mas ele não via futuro naquilo, e um homem precisa ter prazer no que faz para que ele produza bem. Então, depois que eles começaram a fazer isso – e é uma recuperação lenta porque não se tratam anos de estresse crônico em uma semana, todos aqui sabem que isso demora –, com o tempo, tratando da sanidade policial, os índices melhoram assim assombrosamente.

Nós temos exemplos, nós temos o diagnóstico, temos soluções em vários lugares, mas aqui não temos feito esse plano, e é preciso de um plano, Senador Paim. – e eu não quero me alongar muito –, mas eu penso que, no momento em que tivermos um rumo: para onde queremos que a segurança pública vá? Como vamos gastar esses recursos? Como é que nós vamos enfrentar essa mortalidade insana que acontece e que V. Ex^a colocou aqui? Morrem em assassinatos no Brasil mais de 50 mil todos os anos, e aí eu não estou colocando a violência no trânsito, que também é uma questão de segurança pública, que são mais 50 mil que morrem todos os anos. Então nós temos aqui, só no setor de segurança, 100 mil pessoas morrendo ao ano, e eu creio que guerra nenhuma, se somadas no mundo hoje, está matando o quanto se está matando pessoas nossas. Então, nós temos uma questão, sim, de direitos humanos, e fico muito grato de V. Ex^a estar aqui porque é um defensor dos direitos humanos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – V. Ex^a é signatário, porque estava lá e votou, de um requerimento, na Comissão de Direitos Humanos, que vai discutir a violência no Brasil, incluída a questão do trânsito, requerimento que aprovamos esta semana, e V. Ex^a estava lá e ajudou na defesa desse encaminhamento,

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Correto, Senador Paim.

E é falando sobre isso aqui, denunciando, que nós vamos acordar porque eu não vou criticar que o Ministério da Justiça não esteja preocupado, mas, às vezes, os afazeres, a rotina vai meio que cauterizando a mente do gestor e parece que esses números passam a ser normais.

Se cai um avião e morrem 200 pessoas, o País inteiro entra em pânico.

Eu sempre cito isso, no Rio Grande do Sul, aconteceu uma das maiores tragédias que eu já vi, morreram 276 pessoas queimadas dentro de uma boate. E o País inteiro sofreu com aquilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Boate Kiss .

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Boate Kiss, Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Santa Maria.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Mas veja bem, vamos falar dos números agora. Foram 276, e o Brasil se chocou. Mas eu não vejo o Brasil se chocar com 100 mil, Senador Paim, 100 mil que morrem todos os anos; só aqui, e eu não falei de saúde ainda, não falei. Então, sobre essas denúncias, nós precisamos falar, falar sempre, para que isso não seja esquecido.

Eu penso que esse plano de segurança pública precisa, imediatamente, começar a ser trabalhado. V. Exª trouxe aqui o assunto dos presídios. Eu creio que a sociedade inteira não tem ideia do que são esses locais.

Por quê? O que acontece? Prendeu, manda para lá. Parece que a gente colocou debaixo do tapete ou atrás da porta, e a gente não vê. Eu não quero saber quem está lá.

Quem vai lá ainda é a polícia penal, o delegado de vez em quando passa lá, os policiais militares estão sempre lá, os carcereiros, o diretor da cadeia, e alguns pastores e padres que passam e que se preocupam ainda. Ponto. Ninguém mais quer saber!

E isso vira um verdadeiro depósito de gente. E a gente chama cinicamente, Senador Paim, cinicamente – como a gente gosta de esconder as nossas mazelas atrás de adjetivos –, nós chamamos de reeducandos. Reeducando de quê?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Escolas do crime, daria para dizer.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Escolas do crime! Especialidade, mesmo.

E aí vem a discussão, e eu não posso concordar. Estou apanhando nas redes sociais e no Facebook quem nem massa de pão, porque tenho defendido que esse debate da maioria penal não seja pronto e acabado. Ele não pode ser um Fla-Flu; não pode ser um Grenal; ser contra ou a favor.

Isso é mais profundo do que podemos pensar. Sabe por quê? Porque nesse momento já não cabem os adultos lá, e, aí, nós vamos pegar e entulhar mais com os menores lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quero dizer, independentemente do depoimento que V. Exª deu, nas redes sociais, eu acho que, às vezes, é uma forma oportunista você não ter posição. E V. Exª é muito feliz aí. Eu quero dizer que assino embaixo da sua posição.

Exatamente, vamos discutir o tema? Vamos. Agora, não é pegar nossa gurizada que cometeu algum tipo de delito e jogar tudo dentro do presídio, onde já não cabe; cabem 200, há 1,5 mil. Então, o caminho é esse que V. Exª está apontando, e fico solidário a V. Exª.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Então, Senador Paim, se não me engano foi o Senador Cristovam, mas um dos Senadores disse uma frase importante aqui esta semana. Ele falou: “Nós, em vez de estarmos discutindo uma forma de colocarmos essas crianças todas na escola, estamos discutindo uma forma de como colocá-las na cadeia.” Porque é muito fácil só jogar na cadeia. E por que não trabalharmos...?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me que diga de novo que o seu exemplo está muito interessante, e V. Exª enfrenta com coragem esse tema. Em vez de botar na escola, jogamos para a escola do crime: “São de vocês esses moleques aí, façam com eles o que vocês quiserem!”

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – “Vamos ensinar como trazer droga da fronteira, como fazer a saidinha de banco!”

Então, devemos fazer esse debate, Senador Paim, e dizer: “Vamos criar condições para que esses menores – os que já estão presos, inclusive, nesses centros de ressocialização – possam ficar estudando.” Mas, não! Estamos querendo jogar, amontoar lá.

Não vai resolver o problema. Então, por que não aproveitarmos a oportunidade e pensamos na escola integral? Mas não um projeto de educação mertiolate, mercúrio.

Temos um projeto no Brasil, Senador Paim, que é maravilhoso na sua essência, que é o chamado Escola Ciclada. Mas sabe o que foi implantado efetivamente? Só a parte que não reprova.

Aquele projeto, na sua essência, era para quê? Para que o aluno Paim, se ele está com dificuldade ali na escola, se o professor verificasse que ele não estava tendo um bom rendimento escolar, dentro da ideia da Escola Ciclada, o que ele iria fazer? Seria monitorado individualmente, iriam ver o que estava acontecendo.

Está acontecendo alguma coisa em casa? Por que ele não está rendendo? E, por aí, iria.

O próprio sistema todo iria a fazer com que, quando chegasse ao final do ano, independentemente de ter feito prova ou não, ele tivesse aprendido. Mas, não. Sobrou sabe o quê? Sobrou a parte que não reprova, sobrou a perda total da autonomia dos professores e sobrou uma horda de alunos que chegam à universidade hoje, e os professores da universidade praticamente têm que ensinar o básico, porque o aluno chega sem

conseguir interpretar um texto, chega sem conseguir compreender o básico da matemática, e nos coloca nessa rabeira da educação mundial.

E isso nos atrasa; isso, como País, tira-nos o desenvolvimento. E isso é ruim, porque não é um prejuízo momentâneo. Não é como falar, por exemplo, toda essa corrupção, Senador Paim, é péssimo!

“Olha, tiraram-nos aqui tantos bilhões da economia.” Está bem, mas isso se repõe. Agora, um erro de plano desse não é reposto tão cedo, é um prejuízo incalculável para o País.

E isso tem impacto total na segurança. Então, está intimamente ligado: se nós não trabalhamos a capacitação desse cidadão, se esse cidadão não consegue nem galgar, porque empregos... Eu vejo as empresas reclamando constantemente que vagas há, não há gente capacitada. E por quê? Nós estamos errando em algum lugar.

E aí a gente, às vezes, fica aqui com aquele desespero de ajeitar as coisas com uma “canetada”. Não, vai, não adianta, não há lei que a gente aprove aqui eu resolva problemas complexos dessa forma. E também não é se filiando a essa ou àquela corrente pró-Governo ou anti-Governo que nós vamos resolver problemas graves. Nós precisamos, sim, debater, juntar toda essa capacidade que o brasileiro tem para avançarmos.

Senador Paim, ontem, eu visitei o Ministério da Aeronáutica aqui. Eu fiquei encantado e me senti orgulhoso como brasileiro. Há algum tempo, a Aeronáutica se reuniu e começaram a pensar que precisavam fabricar uma aeronave própria brasileira. Eles podiam, por exemplo, simplesmente comprar; fazer uma licitação, comprar um avião no mercado.

Mas, vejam bem: reuniram, pensaram, criaram um plano, e, da prancheta, saiu um avião, que já voou, inclusive, nos testes aqui. É o avião mais moderno do mundo na sua categoria. É uma criação tecnológica nossa, que saiu do papel, do nada.

E eu vou mais além: há algum tempo, talvez há mais de 30 anos, eles tiveram a ideia de começar a produzir conhecimento aqui no Brasil, e foi criado o Instituto Tecnológico de Aeronáutica, umas das mais universidades do mundo. Ela não deixa a desejar para Harvard, para ITA na sua categoria, no que se propõe a fazer. Dali saíram ideias como a criação da Embraer.

Então, eu faço esse contraponto, que parece não ter nada a ver, mas, se nós conseguimos de uma prancheta, de um papel, criar o avião mais moderno do mundo – esse avião, Senador Paim, serve de avião de abastecimento, serve de avião de carga, tem um ambiente totalmente climatizado, coisa que as aeronaves de guerra dos outros países nesse setor não têm. Quer dizer, uma estrutura maravilhosa. E nós fomos capazes.

Então, esses problemas da segurança e da educação, eu não tenho dúvida de que no momento em que nós nos debruçarmos nós vamos resolver, mas é preciso falar, é preciso ter o João Batista, como diz V. Ex^a aqui, que clama no deserto tanto, falando sobre o assunto dos direitos humanos. Isso, porque os direitos humanos, às vezes, são entendidos... E, no jargão policial, o policial, às vezes, quando acontece qualquer coisa, ele diz: “Não, manda os direitos humanos resolverem.” Às vezes, é entendido como um direito para defender bandido, e não é.

Quando V. Ex^a se contrapõe a essas mazelas sociais todas, a falar sobre o crime, estamos aqui, sobretudo, fazendo a defesa da vítima. E penso que temos que desmistificar isso, porque, às vezes, eu sinto que as vítimas se sentem desamparadas, mas não, quando se trata... É bom que fique claro, que, quando se faz a defesa de um Estado melhor, de um Estado que se preocupe com melhores condições de presídio, com melhor recuperação, nós vamos estar, inclusive, protegendo a sociedade e trabalhando para que não haja mais vítimas.

Mas, quanto a esse é um debate, Senador Paim, eu sou parceiro para travar junto com V. Ex^a. Eu penso que nós não vamos avançar neste País, se não pensarmos nisso, em melhorar, em ter um plano para essas coisas, um plano para a segurança pública e um plano para a educação. Fala-se tanto em plano para a educação, a gente fala plano disso, plano daquilo, gasta-se muito dinheiro com a educação neste País, e a gente não vê que temos avançado. Às vezes, gasta-se dinheiro de um lado, mas a gente vê que o ator principal desse negócio fica de fora, que são os professores, que é outra classe tão sujeita àquela síndrome que eu disse aqui quanto os policiais.

Falei, na última reunião da Comissão de Direitos Humanos, que a jornada do professor não termina quando ele sai da sala de aula. Ele sai da sala de aula, ele tem que preparar a aula, ele tem que preencher diários, ele tem que se preocupar com a aula de amanhã, e sem falar que, como é ele que vai ensinar, é ele que tem que produzir aquele conhecimento, Senador Paim, na maioria das vezes, ele tem que se capacitar às suas próprias custas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E o professor, permita-me que eu diga isso, na carona do seu pronunciamento, no Brasil tem que fazer uma campanha nacional, para ganhar um piso assegurado em lei, sancionado nesta Casa, assinado pelo Presidente da República, na época, pelo Ministério da Educação; enfim, todas as forças assinaram. E, nesse movimento que houve em Curitiba, na Comissão de Direitos Humanos que houve lá, um dos pleitos deles, disseram: “Paim, pelo amor de Deus!” E não é só o caso

do Paraná, inclusive do meu Estado, em que não pagam o piso; são inúmeros Estados; a maioria dos Estados não paga o piso.

Os funcionários, por mais simples que sejam do nosso gabinete, e eu tenho o maior cainho por eles, ganham mais do que o piso. O menor salário que eu posso pagar, queira ou não queira, não é que eu seja bonzinho, no meu gabinete, é maior do que o piso dos professores, e não se paga o piso dos professores. Às vezes, é um estagiário que eu tenho lá: "Ótimo! Está no meu gabinete um estagiário, mas eu vou te pagar o menor salário que eu posso pagar aqui."

O menino fica assim irradiado. Ele vai ganhar mais do que o mestre dele, que está dando aula para ele e o mandou para cá. Pode isso?

Não estou dizendo que o salário do menino é excelente. A vergonha é um salário que recebe hoje um professor. Uma das bandeiras dessas greves todas no País que estão acontecendo é: "Pelo amor de Deus, paguem-nos pelo menos o piso!" É uma das...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Exatamente! V. Exª tem razão, porque é uma realidade.

E aí vem outra coisa: parece que está virando moda bater em professor. Eu vi uma charge no jornal, e estava escrito o seguinte: "Sala dos Professores." E estava escrito entre aspas: "Entre sem bater!"

Ai eu falei: Essa frase tomou outra conotação. E isso não é de hoje, Senador Paim. Eu fui professor, e uma coisa com que eu ficava revoltado, a gente discutia isso muito, era por que... Os professores vão pra frente mesmo, até por serem instruídos, por terem informação, eles têm um nível de debate muito alto.

E isso, às vezes, irrita o governante de plantão. E, desde aquela época, que colocavam a polícia em cima da gente. Então, o debate que a gente fazia até com os policiais era o seguinte: "Vocês, pelo menos, teriam que diminuir as pauladas, porque, quando a gente está buscando o salário aqui, estamos defendendo o de vocês também!"

Mas eu vi há 20 anos isso acontecer, e é uma pena que continue acontecendo. Às vezes, não se tolera e chegam o cacetete mesmo nos professores, bombas e tudo mais. Isso é impensável em um país que pensa em ser moderno, um país que pensa em ser grande, porque isso diminui.

Olha, um país que bate em professores, qual o futuro deles, Senador Paim? Então fica esse desafio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me só uma descontraída. Mas é um debate do mais alto nível pelo seu discurso. Eu só estou fazendo pequenos apartes.

Eu vi também uma charge muito interessante lá. Eu vi essa aí e vi outra em que o aluno vai e fala para o pai e para a mãe e diz: "Mãe, pai, por que eles estão batendo lá nos professores? São os nossos mestres, nós temos que a gente tem tanto carinho por eles." E o pai e a mãe dizem: "Eles estão batendo nos professores, porque eles não querem que os professores ensinem a nossa gente a pensar."

Eu achei de uma profundidade... Eles não querem que os professores ensinem a juventude a pensar, exigir e querer os seus direitos.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Então, prova que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E não estou culpando os policiais, não, porque há uma ordem que vem de cima. Quero ficar na linha de V. Exª. Houve exagero? Houve, mas temos que buscar quem são os culpados, para resolver, para que isso não mais se repita. E não somente no Paraná, mas em todo o País, porque, infelizmente, atos desse tipo não acontecem só em Curitiba.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Tanto é prova que – como V. Exª falou – quem pensa incomoda, geralmente, em greve de professores, eles acabam apanhando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Acabam apanhando.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Senador Paim, eu agradeço a sua tolerância. É importante trazermos para esta tribuna e para este Senado esses debates, senão eles ficam esquecidos e passamos a discutir coisas menores e grandes temas, que poderiam mudar a vida do País, ficam para segunda ordem.

V. Exª, que é um dos maiores tribunos deste Senado, com certeza também concorda que precisamos falar cotidianamente para que, falando sobre o passado, sobre o que aconteceu, sobre a nossa história, não fiquemos condenados a repetir as mazelas que acontecem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, José Medeiros, que nesta manhã de sexta-feira fez um belo pronunciamento, tranquilo, equilibrado, mostrando a situação dos professores.

Se V. Exª permitir, eu queria aqui citar que, quando eu era menino, aquele policial rodoviário com aquela moto e aquele cão era um dos meus ídolos. Eu sei que V. Exª vem dessa escola, V. Exª foi policial rodoviário, não é? Eu quero aqui dar esse testemunho.

Com muito orgulho ele fala isso. Ele é conhecedor desse mundo, conhece os dois lados: a situação dos policiais e a situação da violência no nosso País. E como você achar caminhos. Um dos caminhos – eu não tenho dúvida, concordo com V. Exª – é valorizar, sim, os policiais e fazer com que as nossas crianças estejam nas escolas. Esse seria o caminho.

V. Exª é tão feliz! Eu dou o testemunho da minha vida. Eu era um moleque com nove, dez, que vendia fruta na feira em Porto Alegre. Eu poderia cair numa outra área ali, em Porto Alegre, mas vendia fruta na feira e morava nos fundos da casa de um parente meu.

Quando eu passei no Senai e fiz o meu curso técnico, a minha vida mudou. Entrei no Senai com 12 anos, naquela época era permitido. Fiz o teste com 12 anos e entrei.

E aí minha vida mudou. Quem sabe se essa juventude nossa, como V. Exª fala muito bem, tivesse a oportunidade de fazer um curso técnico. Eu ganhava meio salário mínimo. Nunca me esqueço da Vinícola Rio-grandense, que talvez tenha até fechado. Apresentei um projetinho da chamada Bolsa Permanência: a cada 100 funcionários, a empresa adotaria um menino, que teria um saláriozinho e poderia fazer um curso técnico. É na linha da criatividade do seu pronunciamento que eu lembro esses fatos.

Esse foi o Senador José Medeiros, do PPS, do Mato Grosso, que fez aqui um brilhante pronunciamento, que eu tive a satisfação de apartear-lo em alguns momentos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não havendo mais nada a tratar – eu consultei se, talvez, teria que ler alguns avisos –, encerro esta nossa sessão do dia de hoje, ciente, mais uma vez, do dever cumprido. E que Deus ilumine todos nós.

Na segunda feira, estaremos de volta.

Abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 4 minutos.)

RETIFICAÇÕES

ATA DA 44ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 7 DE ABRIL DE 2015

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 44, de 8 de abril de 2015)

À página 27, para correção de despacho, ao final da publicação do Projeto de Lei do Senado nº 196, de 2015, onde se lê:

(Às Comissões de Assuntos Sociais; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última decisão terminativa)

Leia-se:

(Às Comissões de Assuntos Sociais; de Assuntos Econômicos; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última decisão terminativa)

À página 34, para correção do título do Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2015, onde se lê:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 199 DE 2005
(Complementar)**

Leia-se:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 199 DE 2015
(Complementar)**

À página 99, para correção do título do Requerimento nº 281, de 2015, onde se lê:

REQUERIMENTO Nº 281, DE 2013

Leia-se:

REQUERIMENTO Nº 281, DE 2015

RETIFICAÇÕES

ATA DA 47ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 9 DE ABRIL DE 2015

(Publicada no *Diário do Senado Federal* nº 46, de 10 de abril de 2015)

À página 6, Sumário, para correção do ano do projeto objeto dos requerimentos, onde se lê:

1.3.24 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 266/2015, de autoria do Senador Antonio Anastasia, solicitando a oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 388/2015. **Aprovado** 144

1.3.25 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 267/2015, de autoria do Senador Douglas Cintra, solicitando a oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 388/2015. **Aprovado** 145

Leia-se:

1.3.24 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 266/2015, de autoria do Senador Antonio Anastasia, solicitando a oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 388/2013. **Aprovado** 144

1.3.25 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 267/2015, de autoria do Senador Douglas Cintra, solicitando a oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 388/2013. **Aprovado** 145

Às páginas 144 e 145, para correção do ano do projeto objeto dos requerimentos, onde se lê:

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 266, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 266, de 2015, do Senador Antonio Anastasia, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2015, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a CCJ (comprovante de filiação à previdência social).

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 267, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 267, de 2015, do Senador Douglas Cintra, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2015, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a CAE (comprovante de filiação à previdência social).

Leia-se:

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 266, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 266, de 2015, do Senador Antonio Anastasia, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a CCJ (comprovante de filiação à previdência social).

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 267, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 267, de 2015, do Senador Douglas Cintra, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a CAE (comprovante de filiação à previdência social).

RETIFICAÇÕES

ATA DA 51ª SESSÃO, DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 16 DE ABRIL DE 2015

(Publicada no *Diário do Senado Federal* nº 51, de 17 de abril de 2015)

À página 6 do Sumário, para corrigir a omissão do resumo do discurso encaminhado à publicação da Senadora Ângela Portela, onde se lê:

2.4.2 – Mensagem da Presidente da República

Nº 98/2015-CN, na origem, encaminhando o Projeto de Lei nº 1/2015-CN, que *dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária vigente*. Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. (vide item 5.2).....

179

2.5 – ENCERRAMENTO.....

180

Leia-se:

2.4.2 – Mensagem da Presidente da República

Nº 98/2015-CN, na origem, encaminhando o Projeto de Lei nº 1/2015-CN, que *dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária vigente*. Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. (vide item 5.2).....

179

2.4.3 – Discurso encaminhado à publicação

SENADORA ÂNGELA PORTELA – Agradecimentos em razão da aprovação, pelo Congresso Nacional, do projeto de lei que regulamentou os direitos dos servidores dos extintos territórios federais

2.5 – ENCERRAMENTO.....

180

À página 180, para corrigir a omissão do discurso encaminhado à publicação da Senadora Ângela Portela, onde se lê:

A SRª PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Queríamos também dizer que hoje é o Dia Mundial da Voz e que no dia 19 será comemorado do Dia do Exército Brasileiro.

Eu tenho inscrição para falar logo em seguida, mas vou renunciar ao pronunciamento para que nós possamos encerrar a sessão. Em seguida, teremos a sessão especial em homenagem aos povos indígenas. Estava marcada para as 15 horas e, devido ao atraso, nós vamos iniciar nesse momento.

A SRª PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Então, encerrada a presente sessão. Em seguida, sessão especial em homenagem aos povos indígenas.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 20 minutos.)

Leia-se:

A SRª PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Queríamos também dizer que hoje é o Dia Mundial da Voz e que no dia 19 será comemorado do Dia do Exército Brasileiro.

Eu tenho inscrição para falar logo em seguida, mas vou renunciar ao pronunciamento para que nós possamos encerrar a sessão. Em seguida, teremos a sessão especial em homenagem aos povos indígenas. Estava marcada para as 15 horas e, devido ao atraso, nós vamos iniciar nesse momento.

DISCURSO ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Senhor presidente, senhoras senadoras e senhores senadores, terminamos mais uma etapa de uma longa jornada dos servidores públicos dos extintos territórios do Roraima, Amapá e Rondônia, com a aprovação, neste momento, pela Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei de Conversão nº 01/2015, originário da Medida Provisória nº 660/2014.

Essa MP foi encaminhada pelo Poder Executivo com o objetivo de regulamentar a Emenda Constitucional nº 79, de maio de 2014, originária por sua vez da PEC 111/2011, que teve como autora a ex-deputada Dalva Figueiredo, representante do Estado do Amapá.

O direito dos servidores dos extintos Territórios de Roraima, de Rondônia e do Amapá de pertencer de fato, ao quadro federal foi garantido na Lei Complementar nº 41/81, na Constituição Federal de 1988, na Emenda Constitucional nº 60/2009 e, finalmente, na Emenda Constitucional nº 79/2014.

Todos esses dispositivos, a maioria, de ordem constitucional, garantem aos servidores do quadro em extinção desses três estados da Região Norte, a vinculação ao governo federal.

Foram-lhe conferidos, também, os mesmos direitos e vantagens percebidos pelos demais servidores públicos da União.

Com a aprovação de nossa propositura nas duas Casas do Congresso Nacional, concluímos, assim, o processo de apreciação para a regulamentação da Emenda Constitucional nº 79/2014.

Aproveito para agradecer aos dois relatores, desta última etapa de discussão e aprovação da MP 660.

Agradeço ao relator da MP, na Câmara, deputado Silas, por ter acolhido parcela substancial das emendas que apresentamos, e que, agora, estão incorporadas ao texto aprovado.

São emendas que atendem às reivindicações dos policiais civis, policiais militares, aposentados e pensionistas, servidores dos ex-Territórios lotados na Secretaria de Planejamento dos estados de Roraima, Rondônia e Amapá, Fiscais de Tributos do ex-Território, servidores da administração indireta e servidores municipais.

Senhor presidente, senhoras senadoras e senhores senadores, apresentei nove propostas de emendas a essa MP que, ao final foram estão contemplando o texto aprovado.

As propostas de emendas de minha autoria e as de outros parlamentares contribuíram decisivamente para aperfeiçoar o texto da MP e assegurar o direito de todas as categorias dos extintos Territórios, ao que foi aprovado e promulgado pela EC 79/2014.

Agradeço, também, ao senador Randolfe Rodrigues, que com seu relatório reforçou a aprovação do texto, conforme queriam os servidores envolvidos nesta luta.

Quero ressaltar que os destaques apresentados na votação do Senado, foram no sentido de restaurar minhas emendas de números 32, 45, 46 e 49, que tratam de fiscais de tributos, polícia militar e servidores da administração indireta.

Agradeço, especialmente, aos sindicalistas de Roraima, Amapá e Rondônia, que tanto lutaram para ver esse direito consagrado em uma lei.

Sempre estiveram aqui nesta luta João Carlos, representante dos fiscais de tributos; Antonio Pereira, representante dos policiais civis; Coronel Frazão, que representa a Polícia Militar e a vereadora Suely Cardoso. Todos estes contribuíram diretamente para a vitória neste processo de lutas.

Contamos, agora, com a compreensão do Governo Federal e com a boa vontade da presidente Dilma Rousseff, para sancionar a lei hoje aprovada, marcando em sua história, a justiça que se fará servidores públicos federais dos extintos territórios.

Era o que tinha a relatar. Obrigada.

Brasília, 16 de abril de 2015.

A SRª PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Então, encerrada a presente sessão.

Em seguida, sessão especial em homenagem aos povos indígenas.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 20 minutos.)

RETIFICAÇÕES

ATA DA 62ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 6 DE MAIO DE 2015

(Publicada no *Diário do Senado Federal* nº 63, de 7 de maio de 2015)

À página 9, para correção do número, tipo e data de realização da sessão, onde se lê:

Ata da 38ª Sessão, Deliberativa Extraordinária, em 26 de março de 2015

Leia-se:

Ata da 62ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 6 de maio de 2015

À página 35, para a correta designação da Senadora Marta Suplicy para diversas Comissões Permanentes do Senado Federal, publique-se o seguinte:

A Presidência designa a Senadora Marta Suplicy para integrar, como suplente, a CAE, CAS, CDH e CE, nos termos dos Ofícios nºs 142 a 145, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

Requerimentos de Licença Deferidos Pela Mesa. Total: 17

Requerimento	Parlamentar	Fundamentação Legal	Período	Finalidade
RQM nº 198/2015	Zeze Perrella	RISF Art. 13	07/05/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 199/2015	Jorge Viana	RISF Art. 13	13/05/2015	Atividade parlamentar. Participar do colóquio a integração das cadeias produtivas na América do Sul, promovido pela União das Nações Sul - americanas - UNASUL e o Instituto Lula, na cidade de São Paulo.
RQM nº 200/2015	Wilder Moraes	RISF Art. 43, II	22/04/2015 e 23/04/2015	Licença Particular.
RQM nº 201/2015	Wilder Moraes	RISF Art. 43, II	De 12/05/2015 a 14/05/2015	Licença Particular.
RQM nº 202/2015	Sérgio Petecão	RISF Art. 13	14/05/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 203/2015	Roberto Rocha	RISF Art. 13	14/05/2015	Atividade parlamentar. Participação no Agro-balsas 2015.
RQM nº 204/2015	Sandra Braga	RISF Art. 13	De 19/05/2015 a 21/05/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 205/2015	Magno Malta	RISF Art. 13	13/05/2015 e 14/05/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 206/2015	Benedito de Lira	RISF Art. 13	14/05/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 207/2015	Fernando Bezerra Coelho	RISF Art. 13	14/05/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 208/2015	Edison Lobão	RISF Art. 43, II	13/05/2015	Licença Particular.
RQM nº 209/2015	Valdir Raupp	RISF Art. 13	14/05/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 210/2015	Ivo Cassol	RISF Art. 13	14/05/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 211/2015	Humberto Costa	RISF Art. 13	14/05/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 212/2015	Ronaldo Caiado	RISF Art. 43, I	10/03/2015	Licença saúde.
RQM nº 213/2015	Ciro Nogueira	RISF Art. 43, II	14/05/2015	Licença Particular.
RQM nº 214/2015	Zeze Perrella	RISF Art. 13	14/05/2015	Atividade parlamentar.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Bloco-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
S/Partido - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSDB - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Bloco-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PSD - Hélio José* (S)
Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco de Apoio ao Governo - 24

PT-13 / PDT-6 / PP-5

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ana Amélia.	PP / RS
Angela Portela.	PT / RR
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Cristovam Buarque.	PDT / DF
Delcídio do Amaral.	PT / MS
Donizeti Nogueira.	PT / TO
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gladson Cameli.	PP / AC
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Ivo Cassol.	PP / RO
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Reguffe.	PDT / DF
Telmário Mota.	PDT / RR
Walter Pinheiro.	PT / BA
Zeze Perrella.	PDT / MG

Bloco da Maioria - 21

PMDB-17 / PSD-4

Dário Berger.	PMDB / SC
Edison Lobão.	PMDB / MA
Eunício Oliveira.	PMDB / CE
Garibaldi Alves Filho.	PMDB / RN
Hélio José.	PSD / DF
Jader Barbalho.	PMDB / PA
João Alberto Souza.	PMDB / MA
José Maranhão.	PMDB / PB
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Raimundo Lira.	PMDB / PB
Renan Calheiros.	PMDB / AL
Ricardo Ferraço.	PMDB / ES
Roberto Requião.	PMDB / PR
Romero Jucá.	PMDB / RR
Rose de Freitas.	PMDB / ES
Sandra Braga.	PMDB / AM
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Simone Tebet.	PMDB / MS
Valdir Raupp.	PMDB / RO
Waldemir Moka.	PMDB / MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 16

PSDB-11 / DEM-5

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PSDB / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO

Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Lúcia Vânia.	PSDB / GO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE
Wilder Morais.	DEM / GO

Bloco Parlamentar União e Força - 9

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi.	PR / MT
Douglas Cintra.	PTB / PE
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTB / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9

PSB-6 / PPS-1 / PSOL-1 / PCdoB-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PPS / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Randolfe Rodrigues.	PSOL / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

S/Partido - 1

Marta Suplicy.	SP
---------------------	----

Bloco de Apoio ao Governo.	24
Bloco da Maioria.	21
Bloco Parlamentar da Oposição.	16
Bloco Parlamentar União e Força.	9
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	9
S/Partido.	1
Vago.	1
TOTAL.	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-PSOL-AP)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)	Hélio José* (Bloco-PSD-DF)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Jader Barbalho* (Bloco-PMDB-PA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PMDB-ES)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)	Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)	Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSDB-GO)	Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)	Marta Suplicy* (S/Partido-SP)	Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Moraes* (Bloco-DEM-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)
Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)	

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO**1º** Sérgio Petecão - (PSD-AC)**2º** João Alberto Souza - (PMDB-MA)**3º** Elmano Férrer - (PTB-PI)**4º** Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24</p> <p>Líder Humberto Costa - PT ^(22,28)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz ^(3,37) Benedito de Lira ^(16,18,44) Walter Pinheiro ^(31,36,43) Telmário Mota ^(4,38,42) Regina Sousa ⁽⁴¹⁾ </p> <p>Líder do PT - 13 Humberto Costa ^(22,28)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha ⁽³²⁾ Walter Pinheiro ^(31,36,43) Lindbergh Farias ⁽³⁰⁾ Fátima Bezerra ⁽³⁴⁾</p> <p>Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz ^(3,37)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota ^(4,38,42)</p> <p>Líder do PP - 5 Benedito de Lira ^(16,18,44)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 17</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz ⁽¹³⁾</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão ⁽¹²⁾</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Alvaro Dias - PSDB ⁽²⁰⁾</p> <p>Vice-Líderes Ataides Oliveira ⁽³³⁾ Wilder Moraes ⁽⁴⁶⁾ Antonio Anastasia ⁽⁴⁷⁾ </p> <p>Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima ⁽¹⁷⁾</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer ⁽²³⁾ Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁴⁰⁾</p> <p>Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado ⁽⁶⁾</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino ⁽³⁹⁾</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB ^(11,25)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros ^(15,19,29) Vanessa Grazziotin ^(21,26) Randolfe Rodrigues ^(24,27) </p> <p>Líder do PSB - 6 João Capiberibe ^(1,14)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha ⁽⁴⁵⁾</p> <p>Líder do PPS - 1 José Medeiros ^(15,19,29)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues ^(24,27)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin ^(21,26)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB ^(5,10)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi ⁽⁹⁾ Eduardo Amorim ⁽⁸⁾ Marcelo Crivella ^(2,7) </p> <p>Líder do PTB - 3 Fernando Collor ^(5,10)</p> <p>Líder do PR - 4 Blairo Maggi ⁽⁹⁾</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ⁽⁸⁾</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella ^(2,7)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Delcídio do Amaral - PT ⁽⁴⁸⁾</p>

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
7. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
10. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).

11. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
14. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
18. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).
19. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
20. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 11.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do PSOL (Of. 3/2015/GSRROD).
25. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
26. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
27. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
29. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
30. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
33. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
34. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
36. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
46. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO EXTERNA PARA VERIFICAR IN LOCO A SITUAÇÃO NA VENEZUELA

Finalidade: Verificar, in loco, nos termos do Requerimento nº 77, de 2015, a situação na Venezuela, estabelecer diálogo com membros do parlamento local, e com interlocutores representativos das oposições e da sociedade civil, bem como, se possível, com as autoridades daquele país.

MEMBROS

VAGO (1)

VAGO (2)

VAGO (3)

Notas:

*. Em 25.03.2015, foram designados os Senadores Ricardo Ferraço, Randolfe Rodrigues e Sérgio Petecão para compor a Comissão (Portaria do Presidente nº 12, de 2015).

1. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Ricardo Ferraço ter deixado de integrar a Comissão (Of. 134/2015-GSRFER).

2. Em 06.04.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Mem. 33/2015-GSRROD).

3. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Sérgio Petecão ter deixado de integrar a Comissão (Of. 9/2015-GSSPET).

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR OS CONFLITOS EM CURITIBA/PR

Finalidade: Acompanhar e, se possível, mediar, em Curitiba/PR, os conflitos que vem ocorrendo entre a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Paraná e os dirigentes sindicais e estudantes do Estado.

Requerimento nº 403, de 2015

Número de membros: 5

MEMBROS
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Raimundo Lira (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

**. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

8) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** . Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DO CARF

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias nos julgamentos realizados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Requerimento nº 407, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 28/04/2015

Designação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	2.
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 13.05.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Ofs. nºs 51 e 55/2015-BLSDEM).

**. Em 13.05.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 34/2015-BLUFOR).

***. Em 13.05.2015, os Senadores Simone Tebet e Otto Alencar foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a Comissão (Of. 133/2015-GLPMDB).

****. Em 13.05.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Of. 107/2015-GLPSDB).

*****. Em 14.05.2015, os Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Donizeti Nogueira e Acir Gurgacz foram designados membros titulares e o Senador Ivo Cassol, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. nº 70/2015-BLDBAG).

2)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

Instalação: 31/03/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

**. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

***. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Marcello Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

5. Em 13.05.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Leandro Bueno

Telefone(s): 61 33033508

E-mail: coceti@senado.leg.br

3)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 18/03/2015

Instalação: 24/03/2015

Prazo final: 19/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁹⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	1.
VAGO ⁽²⁾	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁸⁾	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

**. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

***. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).

8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).

9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).

4)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

Leitura: 05/03/2015

Designação: 29/04/2015

Instalação: 06/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO ⁽²⁾	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

***. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR).

*****. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senador Donizeti Nogueira (PT) ⁽¹⁰⁾
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT)	6. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Gladson Cameli (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	3. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	4. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB)	6. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD)	7.
VAGO ⁽¹²⁾	8. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁸⁾	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador José Serra (PSDB)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Antonio Anastasia (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	3. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

**** Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

***** Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol como membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

***** Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 3303-4605 / 3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: cae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 311-3516/4605

Fax: 3303-4344

E-mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605/3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Senador Paulo Paim (PT) ⁽¹¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(10,6)
Senador Edison Lobão (PMDB) ⁽⁶⁾	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹²⁾
Senador Otto Alencar (PSD)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO ^(5,8)
VAGO	3.
	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽⁹⁾	2. Senador Romário (PSB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Vicentinho Alves (PR) ^(3,2)
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).
4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDDB).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

Fax: 3303 3652

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	2. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁹⁾
Senador José Pimentel (PT)	3. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	5. Senador Zezé Perrella (PDT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	6. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador Edison Lobão (PMDB)	2. Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Senador Romero Jucá (PMDB)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ^(11,15)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁷⁾	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(16,10)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	2. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Aécio Neves (PSDB) ^(16,10)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador José Serra (PSDB) ^(1,12,17)	4. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	5. Senador Wilder Moraes (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB)	2. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Blairo Maggi (PR)
Senador Magno Malta (PR)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

- ****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).
- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
- *****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDb).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
 2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
 5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
 6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDb).
 7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).
 8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
 9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
 10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
 11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
 12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
 13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDb).
 14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
 15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDb).
 16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
 17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Angela Portela (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	3. Senador Zeze Perrella (PDT) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PDT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	5. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Paulo Paim (PT)	6. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Ivo Cassol (PP)	7. Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Gladson Cameli (PP) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	4. Senador Hélio José (PSD)
Senador Otto Alencar (PSD)	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽⁹⁾
Senador Dário Berger (PMDB) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
VAGO ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Roberto Rocha (PSB)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: ce@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁷⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁵⁾
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽³⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Otto Alencar (PSD)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB) ⁽⁶⁾
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁸⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador João Capiberibe (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).

10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Jorge Viana (PT)	1.
Senador Reguffe (PDT)	2.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2.
Senador Ivo Cassol (PP)	3.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2.
VAGO ⁽¹⁾	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Paulo Rocha (PT)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽¹⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).

** . Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 06/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Roberto Rocha (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1.

Notas:

*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Angela Portela (PT) ⁽⁸⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT)	5. Senador Humberto Costa (PT)
	6.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Dário Berger (PMDB)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD)
VAGO ⁽⁷⁾	3. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽⁹⁾
	4.
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Romário (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davi Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDDB).

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senadora Marta Suplicy (S/Partido)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Souza foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Telmário Mota (PDT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Edison Lobão (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB)
VAGO ⁽¹⁰⁾	3. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁾	3. Senador José Serra (PSDB)
Senador Paulo Bauer (PSDB) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB) ^(5,8,2)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador João Capiberibe (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Magno Malta (PR)	2. Senador Wellington Fagundes (PR)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Delcídio do Amaral (PT)	1. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	2. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Telmário Mota (PDT)	5. VAGO ⁽¹⁰⁾
Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁵⁾	6. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB)	3. Senador Dário Berger (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(7,8)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador José Agripino (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Senador Paulo Bauer (PSDB)	4.
	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	2. Senador Vicentinho Alves (PR) ⁽¹⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 32, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. VAGO ^(1,10)
Senador Gladson Cameli (PP)	5. Senador Ciro Nogueira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ^(12,11)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
VAGO ⁽⁵⁾	2. Senadora Lúcia Vânia (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB) ⁽⁶⁾	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB).
8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT)	1. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Zeze Perrella (PDT)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT)	4.
Senadora Ana Amélia (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Waldemir Moka (PMDB)	1. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁴⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽³⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1.
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Blairo Maggi (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Lasier Martins (PDT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	4. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Gladson Cameli (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Hélio José (PSD) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽²⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Cameli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD)

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015-GLPMDDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	3. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Gladson Cameli (PP)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO ^(8,6,3)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Edison Lobão (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) ⁽⁷⁾	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

** . Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB)

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDDEM)

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
PT	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
PSDB	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
PTB	
VAGO	1. VAGO
PP	
VAGO	1.
PDT	
VAGO	1.
PSB	
VAGO	1. VAGO
DEM	
VAGO	1. VAGO
PR	
VAGO	1. VAGO
PSD	
VAGO	1. VAGO
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 31/01/2015

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

3) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

6ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 12/03/2015

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS	
PTB	
	Senador Fernando Collor (AL)
PSC	
	Senador Eduardo Amorim (SE)
PMDB	
	Senador Romero Jucá (RR)
(1)	

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Eunício Oliveira (CE)
PT
Senador Delcídio do Amaral (MS)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Acir Gurgacz (RO)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senador Ciro Nogueira (PI)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 19/03/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012**4ª Designação:** 11/03/2013**5ª Designação:** 20/05/2014**6ª Designação:** 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Flexa Ribeiro (PA)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PP
Senador Gladson Cameli (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 17/03/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL

*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 22/08/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
PP
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
SD
VAGO

Atualização: 31/01/2015

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

1ª Designação: 16/11/1995

2ª Designação: 30/06/1999

3ª Designação: 27/06/2001

4ª Designação: 25/09/2003

5ª Designação: 26/04/2011

6ª Designação: 21/02/2013

7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015

Notas:

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL*(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)*

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

13) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	VAGO
	PTB
	VAGO
	PP
	VAGO
	PDT
	VAGO
	PSB
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PV
	VAGO
	PRB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PSOL
	VAGO
	SD
	VAGO
	PROS

Atualização: 31/01/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)

2º VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecchi (PSDB-GO)

3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

Relator do PLDO: Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)

Relator do PLOA: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

Relator da Receita: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. VAGO
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Gleisi Hoffmann - PT/PR
Walter Pinheiro - PT/BA	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Davi Alcolumbre - DEM/AP
Wilder Moraes - DEM/GO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PMDB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Manicoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Sandes Júnior - PP/GO
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilto Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Airton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Valtenir Pereira - PROS/MT
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Weliton Prado - PT/MG
Jaime Martins - PSD/MG	9. VAGO ⁽¹⁾
Walter Ihoshi - PSD/SP	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB, PPS, PV	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecci - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. William Woo - PV/SP
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
PDT	
Flávia Moraes - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - RJ

Notas:

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.

Secretário: Maedes Jordão S. Saldanha

Telefone(s): 3216-6892

E-mail: maedes.santana@camara.leg.br

Local: Plenário 2 da Câmara dos Deputados

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)

RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA ⁽⁹⁾	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Jorge Viana - PT/AC ⁽²⁾	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO ⁽²⁾	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF ⁽²⁾	3. Ivo Cassol - PP/RO ⁽²⁾
Gladson Cameli - PP/AC ⁽²⁾	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves - DEM/SE ⁽⁵⁾	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
Marcus Vicente - PP/ES	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC ⁽⁶⁾
Sergio Souza - PMDB/PR	4. VAGO
Jony Marcos - PRB/SE ⁽⁸⁾	5. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - PT/RJ
Leônidas Cristino - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM ⁽³⁾
Jaime Martins - PSD/MG ⁽³⁾	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT ⁽¹⁾	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE ⁽⁷⁾

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.
5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.
9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 61 3103-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Comissão Mista Representativa do Congresso
Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Finalidade: A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputado Leonardo Picciani (PMDB/RJ)	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) ⁽²⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) ⁽¹⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) ⁽⁴⁾
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) ⁽³⁾	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (S/Partido/SP) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
5. Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocom@senado.leg.br

Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

Número de membros: 2 Senadores e 4 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Secretário: Clarissa Kiwa Scarton Hayashi

Telefone(s): 61 3303-3503

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - S/Partido/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - PSDB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Magno Malta - PR/ES	1. VAGO
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
Jéssica Sales - PMDB/AC	4. Rosângela Gomes - PRB/RJ
Jozi Rocha - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG ⁽⁷⁾
Tia Eron - PRB/BA ⁽¹¹⁾	8. VAGO
Ezequiel Teixeira - SD/RJ ⁽²⁾	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO ⁽³⁾	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR ⁽⁷⁾	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI ⁽⁸⁾	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO ⁽¹²⁾	2. VAGO ⁽¹²⁾
Erika Kokay - PT/DF ⁽⁴⁾	3. VAGO
Luizianne Lins - PT/CE ⁽⁴⁾	4. VAGO
Moema Gramacho - PT/BA ⁽⁴⁾	5. VAGO
Rogério Rosso - PSD/DF ⁽⁵⁾	6. VAGO
Alice Portugal - PCdoB/BA ⁽⁶⁾	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Arnaldo Jordy - PPS/PA
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO ⁽¹³⁾	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO ⁽¹⁰⁾	6. VAGO
PDT	
Flávia Moraes - GO ⁽⁹⁾	1. VAGO
PSOL ⁽¹⁾	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.

2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.

3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.

4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luzianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.

5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.

6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.

7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.

Secretário: Gigliola Ansiliero

Telefone(s): 61 3303-3504

E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - CMCLF

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SENADO FEDERAL

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)

2º VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Elizeu Dionizio - SD/MS
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Luiz Carlos Busato - PTB/RS	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC ⁽⁴⁾
Takayama - PSC/PR	10. VAGO
Mandetta - DEM/MS ⁽⁵⁾	11. VAGO
PT, PSD, PR, PDT, PROS, PCdoB	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. VAGO ⁽³⁾
Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - PROS/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Fernando Marroni - PT/RS	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PSD/PB ⁽⁶⁾	6. Jaime Martins - PSD/MG ⁽⁶⁾
Luiz Cláudio - PR/RO	7. Ságuas Moraes - PT/MT
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS ⁽⁸⁾
PSDB, PSB, PPS, PV	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Tereza Cristina - PSB/MS ⁽¹⁾
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PSB/TO ⁽¹⁾
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO
Jose Stédile - PSB/RS ⁽¹⁾	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI ⁽¹⁾	6. VAGO

TITULARES	SUPLENTES
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir gacz - PDT/RO ⁽²⁾
Fátima Bezerra - PT/RN	2. ela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ ⁽²⁾	3. Gladson Cameli - /AC
Bloco da Maioria	
Luiz Henrique	1. aldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário ger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. AGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. AGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP ⁽⁷⁾	2. AGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da ta - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. duardo Amorim - PSC/SE

Notas:

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
2º Vice-Presidente Deputado Giacombo (PR/PR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
Líder da Maioria VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256

Fax: 3303-5260

saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	VAGO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

Atualização: 07/08/2014

Edição de hoje: 130 páginas
(O.S. 12109/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

